



Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO

MULHERES E AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES

MARIANA NASCIMENTO FONSECA

Mariana, MG

2023

MARIANA NASCIMENTO FONSECA

MULHERES E AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Fernanda Faria Silva.

MARIANA

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F676m Fonseca, Mariana Nascimento.
Mulheres e Agricultura Familiar na Região dos Inconfidentes.
[manuscrito] / Mariana Nascimento Fonseca. - 2023.
71 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Faria Silva.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

1. Agricultura familiar - Minas Gerais. 2. Comunidades sociais - Minas Gerais. 3. Economia social - Minas Gerais. 4. Relação (Filosofia). I. Silva, Fernanda Faria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.43.01(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Nascimento Fonseca

"Mulheres e agricultura familiar na região dos Inconfidentes"

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 14 de Agosto de 2023

Membros da banca:

Profa Dra. Fernanda Faria Silva - Orientador(a) Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto
Profa Dra. Francisca Diana Ferreira Viana - Departamento de Engenharia de Produção, Administração e Economia da Universidade Federal de Ouro Preto
Msc Juliana Lima de Deus - Doutoranda em Economia Aplicada - CEDEPLAR / UFMG.

Profa. Fernanda Faria Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21 de Agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Faria Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/08/2023, às 22:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0573337** e o código CRC **A58650EF**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.010543/2023-27

SEI nº 0573337

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3557-3835 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus por me proporcionar todas as oportunidades que me fizeram chegar até aqui e por colocar as pessoas certas no meu caminho que me ajudaram durante todo o processo. Agradeço em especial a minha mãe Arlete, por ser a mulher mais guerreira que conheço, toda a sua força e dedicação abdicando de as suas vontades para que eu pudesse conquistar os meus sonhos, minha mãe mesmo nunca tendo entrado em uma universidade, pois não teve a oportunidade de fazer um curso de graduação, sempre soube a grande importância da educação na vida de um jovem, ela sem dúvidas uma mulher autodidata e inteligência que não mediu esforços para que suas filhas pudessem se graduar.

A Matheus Vilela, obrigado por ser o melhor parceiro de vida que poderia ter encontrado, sempre me apoiando muito nos momentos mais difíceis, teremos uma linda jornada de juntos pela frente. Também gostaria de agradecer ao meu pai Washington, por todo o apoio dado na minha trajetória, sem dúvida sem a sua ajuda não estaria vivendo este momento. A minha irmã, Amanda, e demais familiares e amigos íntimos muito obrigado por todo apoio e carinho.

Também gostaria de agradecer a todos os colegas, professores e aos moradores do distrito de Santa Rita e Cachoeira do Brumado, que fizeram parte do projeto: “Agricultura Familiar, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: proposta de investigação e atuação junto à organização de agricultores familiares atingidos pela mineração em Mariana e Ouro Preto em tempos de COVID-19”, um especial agradecimento às professoras com quem trabalhei mais de perto no grupo igualdade de gênero Fernanda e Ana Lídia, por todo conhecimento que me foi passado, foi como resultado deste projeto nasceu este trabalho.

Aos amigos da UFOP agradeço por terem feitos esses anos mais prazerosos, hoje os tenho como parte da minha família. A minha orientadora Professora Fernanda, obrigado por me guiar neste trabalho, a admiro muito como mulher forte, decidida e animada e sem dúvidas uma excelente professora extremamente capacitada.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação feminina na agricultura familiar no distrito de Santa Rita de Ouro Preto e na comunidade do Cafundão. A reprodução social na agricultura familiar enquanto categoria social, econômica e política é importante para entender como se dão as relações sociais de gênero no campo, desde a sucessão da terra até o estabelecimento do papel da mulher no trabalho produtivo e reprodutivo. O trabalho feminino no campo é entendido como o trabalho doméstico e para o cultivo de alimentos de consumo familiar, toda decisão de plantação das hortas para venda até a comercialização é em sua maioria feita pelos homens. A metodologia utilizada neste trabalho foi a qualitativa, através do projeto interinstitucional das universidades UFOP, UFV e UFMG “Agricultura Familiar, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: proposta de investigação e atuação junto à organização de agricultores familiares atingidos pela mineração em Mariana e Ouro Preto em tempos de COVID-19” foi possível analisar qual tem sido o papel desenvolvido pelas mulheres em Santa Rita e na comunidade do Cafundão e qual o impacto no desenvolvimento da agricultura familiar e no desenvolvimento econômico e social das comunidades. Os resultados encontrados mostram um avanço pouco tímido no que tange a inserção financeira das mulheres na região, mas pode-se encontrar nas comunidades, atualmente entre as agricultoras da região mulheres em posições de líderes das associações e cooperativas, com poder de decisão dentro das comunidades, este avanço mostra-se muito importante para dar voz as mulheres agricultoras.

Palavras-chaves: Agricultura familiar; relações gênero; reprodução social; Ouro Preto; Mariana; mulheres.

ABSTRACT

This work aims to analyze the female participation in family farming in the district of Santa Rita de Ouro Preto and in the community of Cafundão. Social reproduction in family farming as a social, economic, and political category is important to understand how social gender relations take place in the countryside, from land succession to the establishment of women's role in productive and reproductive work. Women's work in the field is understood as domestic work and for growing food for family consumption, every decision from planting the food for sale to commercialization is mostly made by men. The methodology used in this work was qualitative, through the inter-institutional project of the universities UFOP, UFV and UFMG “Family Farming, Solidarity Economy and Sustainable Development: proposal for investigation and action together with the organization of family farmers affected by mining in Mariana and Ouro Preto in times of COVID-19” it was possible to analyze the role played by women in Santa Rita and in the Cafundão community and the impact on the development of family farming and on the economic and social development of the communities. The results found show a little timid progress regarding the financial insertion of women in the region, but it can be found in the communities, currently among the women farmers in the region, women in positions of leaders of associations and cooperatives, with decision-making power within the communities, this advance proves to be very important to give voice to women farmers.

Keywords: Family farming; gender relations; social reproduction; Ouro Preto; Mariana; women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAFAPRE – Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- CEPE-UFV – Comitê de Ética em Pesquisa – Universidade Federal de Viçosa
- COOPAFOR – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Ouro Preto e Região
- DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf
- ECO92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- NUPEDES – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RU – Restaurante Universitário
- UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1: Proporção de trabalhadoras domésticas no total de ocupadas por cor/raça-Brasil, 1995-2015. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

GRÁFICO 2: Média de anos de estudo das pessoas de 15 ou mais idade, por sexo, cor/raça e localização do domicílio- Brasil, 1995-2015. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

GRÁFICO 3: Produção de ouro no século XVIII. Elaboração FGV – Atlas Histórico do Brasil.

GRÁFICO 4: PIB por setor na região dos Inconfidentes. Elaboração: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia do IPEA.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Síntese dos passos desenvolvidos na metodologia com as mulheres agricultoras. Elaboração: Relatório Técnico: UFOP, UFV, UFMG, MPT.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	09
2 – GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR	11
2.1 – Breve discussão sobre gênero e agricultura familiar	12
2.2 - Divisão sexual do trabalho e suas implicações: a pobreza feminina	15
2.3 – Agricultura familiar e gênero	26
3 – O CONTEXTO NO QUAL AS MULHERES AGRICULTORAS ESTÃO INSERIDAS NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	34
3.1- Os antecedentes econômicos na Região dos Inconfidentes, em Minas Gerais	35
3.2 - Agricultura familiar na Região dos Inconfidentes	41
4 ESTUDO DE CAMPO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM SANTA RITA DE OURO PRETO E CAFUNDÃO	50
4.1 Distrito de Santa Rita de Ouro Preto e a comunidade do Cafundão	51
4.2 Metodologia	56
4.3 Resultados	62
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXO	70

INTRODUÇÃO

Atualmente os estudos ligados a igualdade de gênero na agricultura familiar tem ganhado espaço no meio acadêmico, pois por muito tempo, a agricultura familiar foi tratada de forma homogênea, ignorando-se a contribuição das mulheres nesse contexto. É importante destacar que a agricultura familiar é um dos pilares fundamentais da economia global, sendo responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos mundialmente. No Brasil a agricultura familiar corresponde a cerca de 76,8% de todos os estabelecimentos agropecuários. Além disso, ela desempenha um papel crucial na preservação da biodiversidade, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento das comunidades rurais.

Este trabalho propõe uma análise das relações sociais de gênero na agricultura familiar dentro dos distritos de Santa Rita de Ouro Preto e na comunidade do Cafundão, nos municípios de Ouro Preto e Mariana respectivamente. A escolha deste tema se justifica pela necessidade de se avançar nos estudos que reconhecem a agricultura familiar como um espaço onde as relações de gênero desempenham um papel significativo. Ao analisar essas relações, pretendemos contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e iniciativas que visem a promoção da igualdade de gênero no campo, possibilitando um desenvolvimento rural mais inclusivo, justo e sustentável.

O trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro capítulo traz para a discussão assuntos como pobreza feminina, divisão sexual do trabalho e economia solidária, assuntos estes intrínsecos ao desenvolvimento das relações sociais femininas dentro da agricultura familiar. Ao se discutir a divisão sexual do trabalho no campo entende-se que segundo Silva (2018) essa é uma relação que perpetua o domínio do masculino sobre o feminino, trazendo para o rural, percebemos as agricultoras apenas como ajudantes dos trabalhos produtivos masculinos, perpetuando a segregação e a hierarquização dos trabalhos ditos importantes como trabalhos masculinos e os trabalhos entendidos como menos importantes como femininos, em sua maioria as mulheres como principais executoras dos trabalhos domésticos e como ajudadoras dos trabalhos com o cultivo das hortas que serão comercializadas.

Este fator contribui para a manutenção da pobreza feminina no campo, nos distritos estudados percebe-se que a mulher tem suas funções não remuneradas e que a renda produzida é considerada como renda familiar, corroborando com Silva (2018) quando afirma que o meio rural é um espaço de múltiplas formas de desigualdade social, dentre elas a

definição do papel das mulheres no trabalho produtivo rural que é visto como uma narrativa construída de modo que as mulheres não se ausentem de suas atividades domésticas e da maternidade. A perpetuação da pobreza feminina no campo é outro fator forte para a continuação do domínio do masculino sobre o feminino. As cooperativas e associações de agricultores familiares nos municípios de Mariana e Ouro Preto, mostram-se como alternativa as mulheres excluídas do mercado de trabalho, são empreendimentos que a gestão é compartilhada e que diversificam a economia local, a participação feminina gera autonomia e renda para essas mulheres, inserindo-as no mercado de trabalho.

O segundo capítulo deste trabalho aborda o histórico econômico e como tem se desenvolvido a agricultura familiar na região dos Inconfidentes. A região é marcada pela atividade de extração mineral, com pouca diversificação econômica, a região é refém do setor, pois a volatilidade da demanda externa, a flutuação dos preços das *commodities* geram grande impacto em sua economia. Outro fator importante para o diálogo de diversificação econômica da região é o ambiental, a atividade extrativista cresce de forma predatória e com grandes consequências ambientais e sociais como o rompimento da barragem de Bento Rodrigues no dia 05 de novembro de 2015. Mesmo diante deste cenário e do potencial agrícola que a região oferece, a agricultura familiar ainda cresce de forma lenta, contando com o apoio de algumas instituições como a UFOP e a EMATER.

Devido ao avanço de políticas públicas destinadas a agricultura familiar como o PNAE e PAA, os agricultores tiveram acesso aos mercados institucionais de forma a incentivar a agricultura familiar. Atualmente o distrito de Santa Rita fornece cerca de 70 toneladas de alimentos por ano, contribuindo também para a segurança alimentar local. A comunidade do Cafundão ainda tem o artesanato em pedra-sabão como principal fonte de renda, a agricultura familiar ainda caminha a passos mais lentos que em Santa Rita, mas através de trabalhos com a UFOP e a EMATER a comercialização das hortas e das quitandas estão avançando.

Neste contexto, o capítulo três analisa a o papel das mulheres dentro das associações e cooperativas dos distritos, através do projeto interinstitucional das universidades UFOP, UFV e UFMG “projetos interinstitucionais de extensão em interface com a pesquisa para a promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável e enfrentamento da pandemia da COVID-19”- com os objetivos centrais em economia solidária e social, produção

agroecológica e igualdade de gênero, foi possível compreender a importância feminina dentro da agricultura familiar na região. Do período de setembro de 2021 a novembro de 2022, discentes e docentes das universidades UFOP, UFV e UFMG se reuniram e visitaram as comunidades a fim de compreenderem os maiores gargalos enfrentados pelas agricultoras dentro das comunidades, ao mapear os problemas através de entrevistas e estudo, as devolutivas eram feitas nas de visitas a comunidade. Os resultados encontrados mostram avanços nos espaços ocupados pelas mulheres dentro das cooperativas e associações, mas ainda ressalta uma alta divisão entre o trabalho masculino e feminino, e a mulher com ainda pouco acesso a remuneração pelo trabalho desenvolvido.

CAPÍTULO 1 - GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

O primeiro capítulo deste trabalho evidencia algumas das principais questões analíticas das relações sociais de gênero que estão voltadas para a agricultura familiar, trazendo para o debate as várias nuances na estruturação das relações das mulheres com o campo. Estas relações são sensíveis, quando se expõe a forma como se dá a divisão sexual do trabalho, a sucessão das terras e o papel da mulher no campo.

Para entender a relação gênero/campo é preciso analisar os aspectos mais importantes que cercam o contexto no qual estas mulheres estão inseridas e as especificidades destas relações gênero/ campo. Diante disto, este capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, busca-se entender o conceito de gênero e, a partir da revisão bibliográfica, qual é o papel da mulher na sociedade. Com esta análise, pretende-se entender como são definidos os papéis dos homens e mulheres no trabalho produtivo e reprodutivo e as vulnerabilidades femininas diante do mercado de trabalho rural. Como consequência dessas vulnerabilidades e exclusão, a mulher tem propensão maior a situação de pobreza, sendo esta temática discutida na segunda parte. Finalmente, este capítulo se encerra com a análise da relação das mulheres com o campo, cujo enfoque se dá nas atividades da agricultura familiar, e como a mulher se encaixa no trabalho produtivo e reprodutivo passando, ainda, pelo tema da sucessão da terra.

1.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR.

Os movimentos sociais feministas apresentaram-se como principal impulsionador de um espaço no campo científico para a inclusão dos estudos sobre gênero e das relações sociais de sexo e gênero na Europa e nos Estados Unidos (SORJ e HEILBORN 1999)¹. No caso brasileiro, essa relação entre o campo acadêmico e os movimentos feministas não teve o mesmo percurso que nos Estados Unidos e na Europa, no Brasil, os movimentos feministas, segundo alguns sociólogos, tiveram sua gênese no espaço acadêmico e só assim saiu das fronteiras do meio científico, para ganhar força entre as mulheres, acreditando que as primeiras ativistas e simpatizantes do movimento vinham de dentro das universidades, isso porque os problemas sociais enfrentados pela população brasileira que é altamente desigual

¹ Os movimentos de protestos feministas nos EUA e na Europa, ocorreram nas universidades americanas e europeias na década de 1960, dando origem aos estudos feministas nos países.

impôs ao movimento feminista barreiras, tornando o movimento mais tímido no confronto entre os sexos, o movimento só ganhou maior visibilidade a partir de 1975. (BIROLI 2013).

A nova temática franqueia o debate proposto pelas feministas que acreditavam que as pesquisas sobre gênero e suas relações sociais no espaço acadêmico transformaria o diálogo social dentro das universidades levando esse diálogo para fora das salas de aula e alcançando as estruturas da sociedade, moldando os questionamentos e perspectivas sobre o poder masculino sobre o feminino. De acordo com SORJ (1992) o termo utilizado para descrever os estudos de gênero na década de 1970² era ‘estudos sobre mulheres’ e, os artigos e livros desenvolvidos tinham como objetivo conhecer e entender a situação das mulheres em suas diferentes esferas da vida, denunciando a posição de submissão e opressão a que estavam submetidas na sociedade.

Foi a partir da década de 1980 que a utilização do termo ‘estudo sobre mulheres’ foi sendo substituído pelo termo gênero, que contribuiu para não aceitação do determinismo biológico - que se aplica ao termo sexo quando relaciona os estudos referente as mulheres e suas relações sociais - que é utilizado para validar as relações sociais de gênero. Desta maneira os homens também são incluídos nestes estudos como objeto de estudo das relações homem/mulher (HEILBONR e SORJ 1999). A construção teórica das relações sociais de gênero levanta a questão sobre a banalização e constante forma errônea em que o termo gênero é usado, distorcendo o seu significado quando confundido com frequência com o termo sexo, invalidando e desvalorizando os estudos feitos sobre a temática (HEILBONR e SORJ 1999).

Segundo Araújo e Scalon (2006) o termo sexo em seu conceito científico, é usado para caracterizar as diferenças determinadas biologicamente entre homens e mulheres, o significado do termo gênero implica em uma não aceitação deste determinismo biológico como forma de basear como se deve acontecer as relações entre homens e mulheres e como determinante de seus papéis sociais, papel de domínio dos homens sobre as mulheres, o termo gênero busca contestar e mudar as construções históricas e culturais enraizadas na sociedade de dominação do sexo masculino pelo feminino, desconstruindo visões consolidadas a respeito das relações de produção/reprodução e ocupação dos espaços públicos/privados.

² No Brasil o interesse acadêmico sobre os estudos das mulheres começou no início dos anos 70. A socióloga baiana Zahide Machado Neto, foi umas das pioneiras no estudo sobre gênero no Brasil e lecionava na Universidade Federal da Bahia uma das primeiras disciplinas sobre família e as relações entre os sexos.

De acordo com Bruschini (2006) é válido ressaltar que diferente do sexo, o gênero traz o conceito de uma construção social, que foi aprendido moldado e perpetuado ao longo do tempo. A novidade desse tipo de pesquisa é a análise das relações sociais em busca de uma resposta para a opressão da mulher por meio de uma nova lente. Assim como raça e classe, gênero passa a ser uma categoria analítica do pensamento científico (BRUSCHINI, 1992, p.291-292).

As dicotomias produção-reprodução, esfera pública e esfera privada se desfazem, uma vez que as relações de gênero permeiam as várias esferas, cujas demarcações são fluidas, historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades. (a classe ope. pg.191)

A relação de poder e dominação masculina sobre a feminina conduz vários estudos de gênero, segundo Biroli (2013) gênero é um campo primeiro no qual e por meio do qual o poder é articulado, essas relações sociais de gênero são perpetuadas por relações de poder na sociedade. Assim na definição de Joan Scott (1990), considera que gênero pode ser categorizado em duas instâncias, a primeira temos gênero, baseando-se nas características diferentes que percebemos entre os sexos e assim configura-se as relações sociais e o segundo nível como gênero sendo uma forma primeira de representação de poder e que essas relações de dominação são naturais e não questionáveis.

Enquanto relação de poder, a dominação de gênero é tão inexplicável em sua origem biológica quanto a dominação racial (SCOTT 1990)

Segundo Biroli (2013) a relação de gênero começa nos primeiros espaços familiares e traz a construção de uma subjetividade sexuada e de identidades de gênero. Uma dessas formas mais presente que determina essa relação de poder primeiro dentro do campo privado, dentro das famílias, de maneira mais simplista podemos definir com o pai sendo a figura central da família, aquele regime em que homem considerado como o “pai de família” que é o responsável pela renda principal da família, ocupando uma posição central e de dominação dos outros membros da família, a problemática deste termo é a conotação dada a este papel, de que é o homem responsável pela parte produtiva e assim da renda da família e a mulher a parte reprodutiva, responsável pelos cuidados com os filhos e os cuidados domésticos, papel inferiorizado e desvalorizado das mulheres, desta forma acredita-se que por mais que a desigualdade social de gênero é mais uma das tantas desigualdades existentes, ela pode ter sido a primeira.

De acordo com Hirata – Kergoat (2007), existe a depreciação das atividades consideradas femininas pelas masculinas, as atividades que são consideradas femininas são inferiorizadas mesmo que estas forem executadas por ambos os sexos, como também existe a desigualdade pelo sexo, significando que mesmo se as qualificações e condições forem iguais a escolha seja determinada por que se julgue ser considerada uma tarefa mais masculina ou uma atividade mais feminina. O padrão encontrado, são que trabalhos considerados femininos são menos remunerados mesmo que seja um homem executando, introduzindo as ideais de separação com a existências de ocupações femininas e masculinas, impondo que o trabalho produtivo é masculino e o trabalho reprodutivo e doméstico são femininos (HIRATA E KERGOAT 2007).

Hirata e Kergoat (2007) também trazem a ideia da hierarquização do trabalho, em que os trabalhos desenvolvidos pelos homens têm mais valor que os desenvolvidos pelas mulheres, neste sentido tem como legitimação que o trabalho produtivo vale mais que o reprodutivo, essas duas vertentes trazem com clareza uma dominação e opressão do masculino para com o feminino. Essas práticas remetem aos conceitos discutidos anteriormente de sexo e gênero porque buscam de alguma forma reduzir o conceito de gênero a papéis sociais sexuados.

1.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES: A POBREZA FEMININA.

De acordo com Hirata e Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é o centro das relações de dominação e opressão que os homens exercem sobre as mulheres, Daniéle Kergoat observou que:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada concisamente, divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho segundo Hirata (2000), é um fator importantíssimo para a sobrevivência da relação social dos sexos que foi moldada culturalmente, historicamente e socialmente, ele traz esse conceito com mais profundidade, distinguindo de forma clara os

princípios da separação e hierárquico dessa divisão social. Hirata (2000), acredita que mesmo que estes princípios pertençam a uma ideologia naturalista, não significa que sejam imutáveis. É necessária uma análise aprofundada deste comportamento enraizado nas relações sociais para que os questionamentos a respeito da divisão surjam.

A divisão do trabalho em feminino e masculino tem suas bases em uma melhor forma de utilização do corpo pelas características biológicas atribuídas. Nota-se que há uma desqualificação das características femininas com relação às masculinas, que são características consideradas naturais, sem complexidade e sem necessidade de aperfeiçoamento técnico seriam ‘os talentos das mulheres e a qualificação dos homens’, o conceito de trabalho abrangia apenas as tarefas que eram consideradas masculinas não incluindo tarefas que são consideradas apenas femininas. Nas décadas de 1970 e 1980 houve uma séria crítica às estatísticas oficiais por não mostrarem a real contribuição das mulheres à sociedade, tanto no meio rural quanto no urbano, o trabalho doméstico não era contabilizado como atividade econômica. De acordo com Bruschini (2006) foi apenas a partir do final da década de 1990 que o IBGE divulgou dados sobre esse conjunto de atividades, o trabalho na esfera privada deveria ser considerado como uma atividade não remunerada e não como uma inatividade.

Nas últimas décadas do século XX ocorreu um aumento das mulheres inseridas no mercado de trabalho brasileiro, esse aumento tem diversas explicações, o país estava passando por diversas transformações demográficas, sociais e culturais que são transformações mesmo que de uma forma tímida estão mudando as relações sociais em relação ao papel da mulher, resultado dos movimentos feministas, essas mudanças aproximaram as mulheres do trabalho produtivo (BRUSCHINI, 2006). Também impactaram este aumento, o maior acesso à educação básica e as universidades, a diminuição da taxa de fecundidade também teve suas contribuições, estes são alguns dos fatores que explicam o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho.

De acordo com Araújo e Scalon (2005) a ampliação do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho também encontra motivação nas expectativas individuais de autonomia e realização pessoal, que estão também interligadas nas necessidades de suplementar a renda familiar. O trabalho no espaço público pode ser percebida por três perspectivas: o trabalho como fonte de realização pessoal, proporciona status e determina seu lugar de consumidor no mercado, segunda perspectiva o trabalho garante autonomia dos

indivíduos, neste segundo aspecto a realização pessoal não é o mais importante e sim a necessidade da renda, é importante destacar que dependendo do cenário socioeconômico que o indivíduo está inserido, está incluso no mercado de trabalho significa a acesso a condição material de sobrevivência. E o terceiro aspecto é a construção de identidades dos indivíduos, neste caso os indivíduos têm ou acreditam que têm poder de escolha, identificando e satisfazendo suas necessidades de consumo (ARAÚJO E SCALON, 2005).

Na esfera feminina, é possível perceber de forma clara como se dá os aspectos destacados por Araújo e Scalon (2005), de forma que essa autonomia e independência adquirida traz a sensação de pertencimento tanto no público (sendo o trabalho produtivo), como no privado (como o trabalho doméstico), possibilitando consumo próprio e para a família, a inclusão no mercado de trabalho assegura um lugar na sociedade. Sorj (2005) destaca que ocorrem algumas mudanças culturais sobre o papel das mulheres, quando percebe um maior número de mulheres casadas no trabalho produtivo não apenas pela questão da renda, assim as famílias começam a contar com o homem e a mulher no mercado de trabalho. Mesmo com uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho é importante destacar que essa inserção é dividida ainda com a mulher sendo responsável sozinha pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Segundo (SORJ 2005):

No âmbito familiar, essas noções podem ser identificadas em situações associadas à naturalização de papéis fixos para homens e mulheres, onde, cabe aos homens o provimento da renda com todos os desafios, tensões, conflitos e aprendizados que o espaço público pode gerar. As mulheres, por sua vez, cuidam prioritariamente da reprodução com todos os desafios, tensões, conflitos e aprendizados que a dimensão privada pode gerar. No entanto, cuidar de educação, saúde, alimentação, organização da casa, equilíbrio orçamentário e processos de socialização em geral, correspondem a atividades que, embora envolvam tempo e energia humana, são majoritariamente invisibilizadas e consideradas menos importantes que a atuação dos homens na esfera produtiva. As próprias mulheres não valorizam o trabalho que realizam e naturalizam as diversas hierarquizações pautadas dentro e fora do domicílio (SORJ 2005).

Ainda, segundo o autor, a desconstrução dessa visão de que o produtivo pertence ao homem e o reprodutivo pertence a mulher está progredindo de forma lenta, essa igualdade social entre gênero não está perto de ser alcançada. Há ainda um estranhamento na aproximação do homem nas tarefas domésticas, o que atrasa um maior envolvimento por parte das mulheres no trabalho produtivo. A inserção feminina nos espaços produtivos está ligada à continuidade de seu trabalho doméstico e com a maternidade, ainda se mantém a

visão de que a mulher no mercado de trabalho cumpre o papel de apenas ajudante para complemento da renda (SORJ 2005).

De acordo com Hirata (2001), o papel das mulheres no mercado de trabalho é construído de forma que elas não se ausentam de seu papel nas atividades domésticas e da maternidade. Um dos fatores mais importantes que impactam a participação feminina, é o cuidado com os filhos, que ainda continua predominantemente feminino, a maternidade é um dos grandes desafios para mulheres que precisam e querem estar no mercado de trabalho, principalmente quando os filhos ainda são crianças menores, um dos motivos é a carência em uma rede de apoio a essas mães mesmo da esfera pública, como a falta de creches ou escolas públicas infantis para as crianças, essa realidade é mais evidente em mulheres mais pobres.

Observou-se que o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, tanto no trabalho informal como no formal. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis. (HIRATA 2001). Os trabalhos que várias mulheres realizam estão relacionados a empregos em jornada parcial, normalmente em situações precárias, com salários mais baixos, esses empregos de menor qualidade são ocupados por trabalhadoras que precisam manter sua dupla jornada, dividindo-se entre o trabalho na esfera pública com as tarefas domésticas.

Trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres. (HIRATA 2001 pág. 144)

Hirata (2001) ainda acrescenta que pode ser observado duas tendências desse aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, a primeira é a bipolarização do trabalho produtivo feminino que trouxe uma maior diversificação de tarefas e funções, houve um crescimento de mulheres que pertencem a profissões executivas e intelectuais. Contudo, essa tendência a diversificação das funções apresenta atualmente um quadro de polarização: numa ponta encontra-se, profissionais altamente qualificadas, com salários bons no conjunto da mão de obra feminina como por exemplo engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas e, na outra ponta, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social (HIRATA 2001).

A segunda tendência está relacionada ao desenvolvimento do setor de serviços e o surgimento de novas profissões que também são polarizadas em termos de relações sociais de gênero, classe e raça. As atividades produtivas das mulheres ainda estão centradas em profissões consideradas femininas, alguns estudos mostram que há um grande número de mulheres nas áreas de pedagogia, letras, enfermagem, nutrição, na pediatria, dermatologia, entre outras. As estatísticas apontam que as meninas e mulheres ainda continuam sendo treinadas para atuarem em profissões relacionadas a cuidados, como cuidados do lar e dos filhos.

Ressalte-se, entretanto, que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela precariedade, que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina ou 12 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários, ou de menor qualidade, no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas (mais de 6,2 milhões), seja realizando atividades não remuneradas (3,3 milhões) ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, (2,7 milhões). O trabalho doméstico, ou seja, o emprego doméstico remunerado, é o nicho ocupacional feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres. Ele se manteve como importante fonte de ocupação, praticamente estável até 2005, absorvendo 17% da força de trabalho. (BRUSCHINI 2002)

Na década de 1990 verificou-se um processo intenso de redução dos postos de trabalhos formalizados, pelo surgimento de novos modelos produtivos influenciados pela flexibilização do trabalho. A diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão superando o paradigma do emprego homogêneo e estável (BRUSCHINI 2006). Essa flexibilização se deu pelo crescimento de novas microempresas, que descentralizaram a produção, informalizando os processos de trabalho, o mercado de trabalho tornou-se mais precário e desigual, como exemplo a indústria de confecção que pode ser um trabalho terceirizado e em domicílio, a este tipo de trabalho temos a característica da informalidade, as reduções de salário, condições e qualidade de trabalho precárias e relações instáveis. Hirata (2002) também destaca que as transformações recentes dos paradigmas produtivos, e as mudanças na organização das empresas têm acarretado, desde a década de 1980, uma crise na noção de "posto de trabalho".

De acordo com Hirata (2002) com a flexibilização do mercado de trabalho, as mulheres encontraram mais chances de se incluírem no mercado de trabalho, mas de forma mais instável, menos promissora e sem proteção, o mercado de trabalho mostrou que a flexibilização do trabalho acabou perpetuando as desigualdades de gênero em relação às colocações profissionais. Mais mulheres estão inseridas neste mercado informal por serem

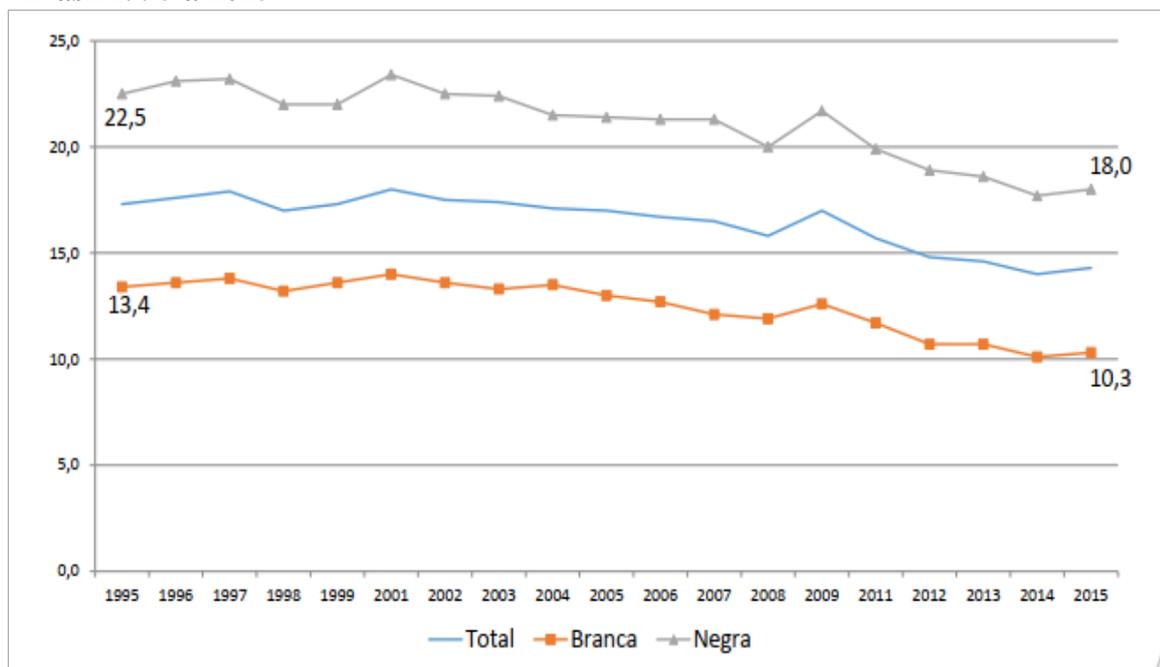
principalmente funções em jornada parcial para que as mesmas conseguissem se dividir entre o trabalho produtivo e o reprodutivo (BRUSCHINI 1995). Este novo contexto de trabalho mostra que a reestruturação produtiva e a inovação tecnológica não diminuíram de forma significativa a segregação vertical e horizontal de gênero no mundo do trabalho. Alguns estudos apontam que metade das mulheres que estão no mercado de trabalho estão em condições ruins de trabalho, as trabalhadoras que são mais qualificadas estão predominantemente em empregos que são classificados como profissões femininas.

Ainda, Hirata (1998) traz outro fator de extrema relevância, são as mulheres que estão fora dessas estatísticas pois estão no trabalho doméstico, em trabalhos de cuidados com crianças e idosos, como ajudantes no comércio familiar, são posições consideradas não econômicas, com jornadas de trabalho irregular e muito maiores que em empregos formais e em sua grande maioria não tem nenhum tipo de segurança trabalhista, até 1998, apenas 24% tinham carteira assinada, em 2020 esse número é de apenas 25% das empregadas domésticas têm carteira assinada. Importante ressaltar que o emprego doméstico tem uma alta concentração de mulheres negras e pardas, em 2020 65% das mulheres que eram empregadas domésticas são negras e pardas (IPEA 2021).

Um estudo do IPEA³, mostra o retrato da desigualdade de gênero e raça dos últimos 20 anos numa parceria com a ONU Mulheres, usando indicadores do PNAD e do IBGE, o gráfico abaixo caracteriza essa relação de mulheres negras e brancas no trabalho doméstico. Uma tendência a ser sinalizada no emprego doméstico é a persistência ao longo dos vinte anos da maioria das mulheres a ocuparem o trabalho doméstico serem mulheres negras e pardas, principalmente por se tratar de uma profissão que é muito desvalorizada. A segunda tendência não descrita no gráfico, mas que foi objeto de estudo do IPEA foi o aumento das trabalhadoras com carteira assinada.

³O estudo foi realizado por Natália Fontoura e Marcela Torres Rezende, especialistas em políticas públicas e gestão governamental, Joana Mostafa, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea, e Ana Laura Lobato, bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional– PNPd da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais Ipea https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raça

Gráfico 1 da proporção de trabalhadoras domésticas no total de ocupadas por cor/raça –Brasil 1995 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

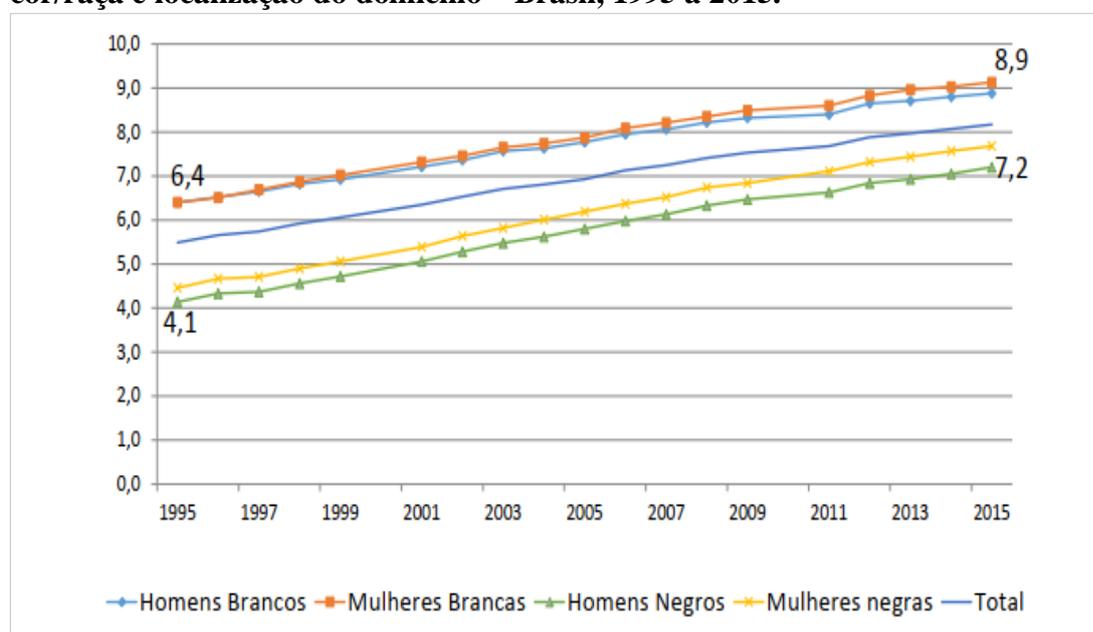
Os patamares, no entanto, ainda são baixos; com expansão recente dos direitos da categoria, aliada ao adensamento do debate social a esse respeito, poderia se esperar um crescimento maior. Em 1995, 17,8% tinham carteira; em 2015, chega-se a 30,4%. Aqui, no entanto, também pode ser encontrada a desvantagem das negras em relação às brancas, apesar de constituírem o maior grupo entre as domésticas: 29,3% das trabalhadoras negras tinham carteira assinada em 2015, comparadas a 32,5% das brancas. Os diferenciais se tornam ainda mais expressivos se inserimos a comparação regional: enquanto na região Centro-oeste, 37,5% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada em 2015, na região Nordeste, somente 19,5% acessavam esse direito primordial (IPEA 2015).

De acordo com Hirata (2002) uma das justificativas para maior inserção das mulheres nesses empregos informais tem legitimização também na discriminação que muitos empresários têm em contratar mulheres que tem filhos, impedidas de entrar no mercado formal e ao desejarem e terem a necessidade de trabalhar é mais fácil aceitar as condições precárias que o mercado de trabalho informal oferece. A inserção feminina no mercado de trabalho é feita em condições desiguais em relação a masculina, um indicador deste fato é que seja qual for o segmento que a mulher está inserida ela terá menores níveis de remuneração comparada a homens inseridos no mesmo segmento.

Ainda, segundo o IPEA (2017) essa estatística é ainda pior quando comparada com raça, homens negros ganham menos do que homens brancos e é ainda pior com mulheres negras, nesta escala está em primeiro lugar homens brancos com maiores rendimentos seguidos pelas mulheres brancas depois os homens negros e por último as mulheres negras. A qualificação das trabalhadoras não é um fator que corrobora com os resultados estatísticos, pois a população feminina frequenta a escola por mais tempo que a masculina, no ingresso aos cursos superiores a participação feminina só vem aumentando, em média as mulheres possuem onze anos de estudo e os homens oito.

Vemos no gráfico que as mulheres brancas têm um maior nível de escolaridade dos que os homens brancos e negros e que as mulheres negras, na verdade o menor índice de escolaridade ainda pertence aos homens negros. Analisando a escolaridade das pessoas adultas, salta aos olhos também o diferencial de cor/raça. Apesar dos avanços nos últimos anos, com mais brasileiros e brasileiras chegando ao nível superior, as distâncias entre os grupos perpetuam-se. Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passou de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca (IPEA 2015).

Gráfico 2 – Média de anos de estudo das pessoas de 15 ou mais de idade, por sexo, cor/raça e localização do domicílio – Brasil, 1995 a 2015.



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

Com os fatores como ocupações precárias, menores rendimentos e a baixa divisão sexual do trabalho doméstico, as mulheres estão sobrecarregadas, o que favorece a exclusão social da mulher, representando uma determinante para o crescimento da pobreza feminina. É importante destacar que não apenas um fator é determinante para definir a pobreza, existem várias formas de caracterizar e medir a pobreza. Ao definir pobreza de forma mais criteriosa temos um estado de carência e privação, tendo sua condição humana ameaçada, seja por motivos de não conseguir satisfazer as necessidades básicas ou por não conseguir se mobilizar para satisfazer essas necessidades.

O fator “pobreza”, qualquer que seja seu grau ou definição, é sempre assimilado ao problema da pobreza, seja no plano ideológico e moral, seja no plano político e econômico (DESTREMEAU e SALAMA, 2002, p. 108).

A pobreza está intimamente ligada a exclusão social mesmo sendo duas categorias distintas, a pobreza pode ser considerada como resultado da desigualdade extrema imposta pelo mercado de trabalho, com níveis de trabalhos precários e pouco qualificados e os níveis salariais muito abaixo do necessário para o indivíduo satisfazer as suas necessidades básicas e de sua família. A exclusão segundo LAVINAS (2002) não é apenas um estado ou momento de carência, é uma trajetória em que a renda é insuficiente e a falta de recursos se combinam resultando em poucas chances de ressocialização, o conceito de exclusão tem servido para classificar grupos sociais que são desprezados como os chefes de família desempregados, as minorias étnicas, os jovens sem experiência de trabalho e as mulheres em condições de trabalho precárias e sem estruturas.

Segundo Bruschini (2007) o fato da pobreza está ligado diretamente com as desigualdades sociais é o principal desafio do Brasil, pois é encarada pela sociedade como algo natural, o Brasil é um país baseado na exclusão social, existem no país os excluídos e os excluídos com diferenças de direitos e oportunidades. Para diminuir a pobreza no Brasil é necessário a diminuição das desigualdades sociais. Ampliando o debate sobre a pobreza, além das discussões sobre exclusão, segregação e vulnerabilidade é necessário a inclusão da variável gênero.

A pobreza feminina tem por definição mostrar o estado de privação que é motivado pelas relações sociais de gênero, essa relação ajuda a compreender alguns preceitos específicos que foram definidos socialmente e institucionalmente que fazem com que as mulheres tenham acessos desiguais ao poder e aos recursos. As mulheres estão mais vulneráveis e expostas a privações e a pobreza. Algumas questões relacionadas a vida das

mulheres que associam pobreza e gênero são ocultas em dados estatísticos, algumas dessas questões está ligada a invisibilidade do trabalho não remunerado, que é o trabalho doméstico, atividade predominantemente feminina e que não é contabilizada, pois o trabalho doméstico não tem valor monetário, não está dentro do mercado e por essas razões desvalorizam socialmente as mulheres que as realizam (BRUSCHINI 2007).

E finalmente de acordo com Bruschini (2007) outro fator está relacionado a grande relação entre a divisão sexual do trabalho e a feminização da pobreza, isso porque com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho informal, como já discutido anteriormente, as oportunidades de trabalho encontradas por grande parte das mulheres eram precárias, com rendimentos menores, contratos informais e com menor presença sindical, com menores rendimentos em relação aos homens, as mulheres se veem privadas do direito de satisfazerem suas necessidades básicas de sobrevivência (BRUSCHINI 2007).

É a segregação entre os tipos de trabalho produtivo/reprodutivo, e a construção social por trás destes conceitos que pesam sobre as desvantagens sociais encontradas pelas mulheres no acesso ao mercado de trabalho. Um indicador importante para mensurar esses fatores descritos acima que corroboram com a feminização da pobreza é quando os dados estatísticos mostram o número de famílias que são chefiadas por mulheres (BRUSCHINI 2007).

No Brasil é a partir dos anos 70 que as mulheres chefes de família passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas; além disso, é só no Censo Demográfico de 1980 que a categoria chefe passou a designar a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família (Barroso e Bruschini, 1981, p. 40).

Nestas condições, a mulher que se vê responsável pela família assume uma dupla jornada de trabalho, na tentativa de suprir as necessidades do lar. Segundo Barroso e Bruschini (1981), essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências, tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. Insuficiências estas que, segundo as autoras, tem suas raízes nas condições geradas pela sociedade, e que, no entanto, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima.

As mulheres como chefes de família⁴ estão mais suscetíveis a pobreza pelos motivos de difícil conciliação com o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, com jornadas de

⁴ Segundo o IBGE mulheres chefes de família são as mulheres responsáveis por famílias com filhos constituem, em geral, arranjos familiares do tipo “mulher com filhos”. Nesse sentido, tendem a ser as únicas responsáveis pelo domicílio, sendo a única fonte de renda, o que torna estas famílias mais vulneráveis e estas mulheres

trabalho na esfera pública reduzidas seus rendimentos são menores, além deste fator os filhos também impactam a inserção das mulheres na esfera pública, pois um dos motivos é que a maternidade impacta a escolaridade feminina, estudos mostram que mulheres com mais filhos tem em média quatro anos a menos de estudo que mulheres com menos filhos, a junção com menor escolaridade, elevada jornada de trabalho na esfera pública e privada, baixa qualificação e menores remunerações são mais presentes entre as mulheres chefes de família do que entre os homens que são chefes de família.

Segundo o estudo do IPEA (2017) existe uma tendência que foi observada ao longo de vinte anos do aumento dos domicílios que são chefiados por mulheres, em 1995 esse número é de 23% dos domicílios, já em 2015 esse número era de 40%, sendo observado em sua gigante maioria nos centros urbanos, 43% dos lares urbanos tinham as mulheres como figura central em contrapartida no campo esse número era de 25%.

Neste mesmo estudo o IPEA mostra as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% delas, há a presença de um cônjuge. Porém o número de famílias que não tem a presença de um homem e têm filhos é bastante elevado, nesses casos, tais famílias se encontram em maior risco de vulnerabilidade e pobreza, já que os níveis de rendimentos femininos, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só à dos homens, como à das mulheres brancas. Porém mesmo que os rendimentos sejam menores os lares que são chefiados por mulheres apresentam melhor qualidade do que os lares que são chefiados apenas por homens, acreditando que as mulheres se esforcem mais para cumprir em melhores condições com suas tarefas, garantindo melhores condições de vida para sua família.

Se, por um lado, essa ampliação do número de famílias chefiadas por mulheres parece indicar mudanças no padrão de comportamento social, demonstrando maior aceitação de modelos menos tradicionalistas, nos quais é considerado razoável que não sejam apenas homens as pessoas de referência da família, há que se ponderar que, em geral, são mulheres as principais respondentes da Pnad, o que pode indicar, talvez, uma mudança de auto percepção delas em relação à sua posição dentro da família, independentemente do que pensem os homens a respeito (IPEA 2015)

A economia solidária propõe formas de superação da pobreza e da exclusão social pelo mercado de trabalho, é através da junção do poder público com organizações não

certamente estarão sobrecarregadas com os afazeres domésticos e a busca da manutenção econômica da família. São que arcam sozinhas com os cuidados dos filhos e ao mesmo tempo são as que buscam nas atividades remuneradas as condições de vida

governamentais que buscam incentivar a iniciativa de empreendimentos que são autogestionários, em que a gestão desses empreendimentos é feita de forma coletiva pelos trabalhadores e trabalhadoras, esses empreendimentos têm a característica marcante de grande potencial de inclusão dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, a economia solidária é baseada em valores e princípios de cooperação (LISBOA, 2005).

O conceito generalista de Economia Solidaria se dá como uma abordagem econômica com o objetivo de promover a justiça e igualdade social, tendo como valores base a cooperação, a democracia e a solidariedade. Paul Singer, autor referência no estudo da temática nos mostra a “economia solidaria como um outro modo de produção, que tem seus princípios básicos na propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER 2002, p.10). O autor também mostra a economia solidaria como uma resposta a incapacidade do capitalismo de integrar na economia todas as pessoas da sociedade que queiram e precisem trabalhar (SINGER 2002).

Segundo Singer (2002) com a ineficiência do mercado de trabalho em conseguir alocar toda a mão de obra disponível no mercado de trabalho formal essas associações que são formadas, geridas e tem como base a cooperação, foram ocupando um espaço para incluir esses trabalhados que estavam excluídos e temos a presença forte das mulheres em empreendimentos solidários, visto que o número de mulheres em situações mais vulneráveis é grande. É o que aponta o Gaiger (2003) que a economia solidaria tem penetrado as agendas das ONGS, das políticas públicas e nas estruturas do governo.

Segundo Lisboa (2005) uma das experiências da economia solidária é a agricultura familiar. Ele reconhece que as iniciativas de economia solidária podem assumir diversas experiências e estratégias como empresas recuperadas através de autogestão, cooperativas, associações, economias indígenas e quilombos incluindo a agricultura familiar.

1.3 AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO.

A ONU (Organização das Nações Unidas) define agricultura familiar como todas as atividades agrícolas de base familiar, é um meio de organização das produções agrícola, pastoril, pesqueira e aquícola que são gerenciadas e operadas por famílias e predominantemente dependentes de mão de obra familiar (Guanziroli e Vinchon 2017). Ainda de acordo com Guanziroli e Vinchon (2017) a agricultura familiar é importante para

impulsionar as economias locais, quando combinada com políticas específicas destinadas a promover proteção social e o bem-estar das comunidades.

Do ponto de vista nacional a agricultura familiar tem uma grande contribuição para reduzir o êxodo rural, gerar renda para famílias rurais com menor renda e contribuir para geração de riqueza não apenas para o setor agropecuário, mas para todo o país (Guanziroli e Vinchon 2017).

No Brasil foi a partir da década de 1990 que a agricultura familiar começou a ter algum destaque social e produtivo através da criação de algumas políticas públicas destinadas a ela. Pois por muitos anos a agricultura familiar não tinha incentivo nem visibilidade na política, o impacto desta invisibilidade era o êxodo rural dos trabalhadores que se deslocavam para os centros urbanos à procura de sobrevivência. Mesmo com sua grande importância a agricultura familiar sempre foi excluída das políticas pois os recursos que eram disponibilizados iam para as grandes propriedades monocultoras, em que na maioria das vezes eram produtos destinados à exportação.

Segundo Brumer (2004) este cenário de completa desvalorização começou a mudar com o reconhecimento da importância da agricultura familiar para o país, em julho de 2006 foi sancionada a lei nacional da “Agricultura Familiar” nº 11.326 que estabeleceu o conceito e as características da atividade. Foi reconhecida também a contribuição da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional, se tornando a principal opção para reverter a epidemia na saúde pública, de diversas doenças que têm suas causas nos padrões de consumo alimentar atuais.

Foram criadas algumas políticas públicas para a categoria como por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O IBGE disponibilizou alguns dados do censo agropecuário publicado em 2006 que mostram que foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que abrange cerca de 12,3 milhões de pessoas e ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares. As análises do IBGE incluem as características dos produtores e dos estabelecimentos ao longo do território brasileiro, da economia e de emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria (IBGE 2006). O censo do IBGE realizado em 2017 mostra a situação agrária do país e aponta a retração da Agricultura Familiar com o passar do tempo, o IBGE registrou 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no país, com redução de 2,0% em relação a 2006 e crescimento de 5,8% da área no período, chegando a 351.289.816 hectares.

Do total, 77% dos estabelecimentos foram classificados como de Agricultura Familiar, ocupando apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários (IBGE 2017). Alguns dados a seguir mostram como a produção da Agricultura Familiar impacta o país. A agricultura familiar corresponde a 48% do valor da produção de café e banana no país, a 80% da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão, esses dados mostram a grande representatividade do setor para abastecer a demanda interna por alimentos (IBGE 2017).

Introduzindo as relações sociais de gênero na agricultura familiar pode começar a analisar como é feita a divisão sexual do trabalho no meio rural especialmente neste caso na agricultura familiar, conclui que as mulheres ocupam uma posição de subordinação, o trabalho das mulheres no campo é colocado como “ajuda” mesmo muitas vezes exercendo as mesmas funções dos homens, mas em sua grande maioria o trabalho das mulheres no campo está ligado às tarefas domésticas assim como nos centros urbanos. Anita Brumer e Nadia Maria Schuch (2008) concluíram que:

Na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim

Segundo Brumer e Anjos (2008) é importante destacar que quando utilizado os adjetivos ‘pesado’ ou ‘leve’ para caracterização já pré-determinada culturalmente das atividades, as atividades ‘leves’ são características das atividades domésticas, porém as mulheres executam os trabalhos leves e pesados, como os trabalhos na colheita dos produtos agrícolas, algumas necessitam buscar água em lugares mais distantes de suas casas, a caracterização destes trabalhos femininos como leves, mostram a desvalorização do trabalho da mulher que não é remunerado ou possui uma remuneração muito baixa e estão na posição sempre de subordinadas.

Uma síntese do que o trabalho das mulheres no meio rural representa mostra que o trabalho executado na esfera produtiva é visto como ajuda, é um trabalho que é invisível, por serem executados no interior dos estabelecimentos, às mulheres não é ensinado o

conhecimento tecnológico que é preciso para administrar ou dar continuidade aos negócios da família, as mulheres não são responsáveis por administrar a renda que é gerada da venda da produção, com isso sobra as mulheres as tarefas de limpeza da terra, embalagem e seleção dos produtos, cuidar dos animais, trabalhos com a horta principalmente a produção que é destinada para consumo da família e o principal, as mulheres são responsáveis sozinhas pelo trabalho doméstico (CARNEIRO 2001).

De acordo com BRUMER (2004) dois aspectos explicam a divisão sexual do trabalho no meio rural. O primeiro aspecto mostra que a unidade familiar de produção no campo, para benefícios de todos é necessário que todos estejam reunidos em torno da produção, o segundo aspecto que a autora traz é com relação a vivermos em uma sociedade patriarcal, em que é o homem o responsável pelo sustento da família, o principal provedor e a mulher cabe as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, no campo as mulheres ficam responsáveis por tarefas na esfera produtiva que são consideradas femininas e com remunerações menores que a dos homens em jornada parcial para que consigam realizar as tarefas domésticas. É o homem o responsável por tomar as decisões relativas à produção.

As pesquisas relacionadas a gênero e agricultura familiar muitas vezes buscam entender o aumento dos índices migratórios no meio rural para as cidades, dentre os que buscam sair do campo para cidade o número de jovens mulheres é o maior, com isso temos a população do meio rural predominantemente envelhecida e masculina, essa realidade traz alguns outros problemas incluindo o aumento dos problemas que estão relacionados a herança e sucessão das terras produtivas para os filhos e filhas (BRUMER E ANJOS 2008).

Segundo análise das ciências sociais é de suma importância o estudo sobre este problema para relação com a reprodução social na agricultura familiar, pois busca relacionar a condição de existência social das mulheres na continuidade da agricultura familiar, pois a agricultura familiar como trabalho produtivo tem uma relação íntima com os conceitos de posição social, posição produtiva e familiar no meio rural, então as posições de agricultor, responsável pelas decisões da produção e dos estabelecimentos e o 'homem da casa' estão entrelaçadas. É da responsabilidade dos homens as decisões e considerações a respeito da sucessão das terras e da produção.

Ainda, de acordo com Brumer e Anjos (2008) a reprodução social na agricultura familiar pode ser tratada por dois caminhos, como a reprodução no curto prazo chamada de reprodução cotidiana e reprodução geracional que está ligada com o longo prazo, a

reprodução cotidiana retrata como as famílias no meio rural se organizam como uma unidade, para atender as demandas de trabalho, manusear os recursos naturais, os meios de produção e conhecimentos tecnológicos de forma que consigam atender o consumo próprio e a produção e ainda consigam reiniciar o ciclo deste processo, este ciclo é anual.

Os estudos desta reprodução consideram as formas de utilização da terra, de alocação do trabalho e o uso de recursos naturais e como esses podem garantir ou não a existência da unidade produtiva no curto prazo e por mais de uma geração. De forma semelhante, alguns autores preocupam-se com a capacidade das famílias de continuarem a manter determinadas condições de existência (BRUMER e ANJOS 2008).

As autoras Brumer e Anjos (2008) destacam a reprodução de longo prazo, que é a chamada geracional estuda como a família da sucessão enquanto unidade, são elaboradas estratégias para essa sucessão como é o caso do casamento e da herança, é importante analisar essa sucessão do ponto de vista de gênero. A estratégia para sucessão da produção que envolve a herança, isso quer dizer que é o pai passando para o filho a chefia da propriedade, essa estratégia envolve um trabalho do pai que começa com o filho ainda na infância, envolvendo o filho no cotidiano dos trabalhos na produção.

Brumer e Anjos (2008) observam que os trabalhos que são feitos com os filhos diferem em vários aspectos dos trabalhos que são feitos com as filhas, que são normalmente excluídas das principais atividades de produção, mas já são desde crianças envolvidas nos trabalhos domésticos, como as tarefas de casa, cozinhar e cuidar da horta destinada ao consumo da família, não são tarefas consideradas trabalho por não serem monetizadas, às filhas também fica o papel de ajudante as atividades produtivas quando falta a mão de obra masculina (CARNEIRO 2001).

Brumer e Anjos (2008) mostraram que antes a transição da sucessão da terra era feita em um período mais longo, agora com o avanço das tecnologias na agricultura familiar, os filhos conseguem diminuir esse tempo de transição. Essa divisão sexual do trabalho rural serve para mostrar que as mulheres não são consideradas para assumir o papel desempenhado pelo pai no trabalho produtivo, elas recebem um valor simbólico de herança, mas não são as sucessoras no cultivo da terra. A pequena herança que as mulheres recebem é considerada ‘dote’ ou ‘enxoval’ para o casamento. Na pesquisa feita por Brumer e Anjos (2008) mostrou que:

Nas 1677 unidades familiares consideradas, os homens (pais e filhos) detêm a maioria das atividades de gestão: entre os membros da família que realizam

essas atividades, ficam sob responsabilidade exclusivamente masculina 86% da compra de insumos, 76% da consulta a técnicos ou agrônomos, 69% da venda de animais e 66% dos trâmites referentes a financiamentos bancários. Por outro lado, as mulheres (mães e filhas) são predominantes na execução de tarefas domésticas: 98% do preparo da comida, 85% da limpeza da casa, 82% do processamento de produtos agropecuários e 56% da venda da produção não agrícola (principalmente artesanato) são de responsabilidade exclusivamente feminina.

Os trabalhos Brumer e Anjos (2008) apontam que as estratégias de sucessão são em sua maioria das vezes acompanhadas da exclusão feminina como herdeira dessa terra como chefe do estabelecimento familiar. As mulheres herdaram as terras através do casamento, assumindo os trabalhos domésticos enquanto seus maridos assumem a terra. Uma pesquisa com agricultores do Rio Grande do Sul, apontou que os pais, chefes dos estabelecimentos familiares, acreditam que os filhos são mais capacitados para a sucessão e as filhas herdariam em casos de serem as únicas filhas, ou se não se casarem e permanecerem na propriedade da família, neste caso elas exploram a terra junto com o irmão que herdará (CARNEIRO 2001).

Carneiro (2001) ainda pontua que as mulheres também são excluídas da herança da terra pelo casamento, pois quando se casam vão morar e trabalhar na propriedade do marido, e quando a mulher é a única filha da família ela é usada como mediadora entre o pai e o marido que será o sucessor no trabalho produtivo daquela propriedade. Alguns matrimônios eram arquitetados pelas famílias, para garantir a integridade de seus patrimônios, casando herdeiro com não herdeira, ou a herdeira com um filho não herdeiro de outra família.

Tais práticas correspondem geralmente a um estado da organização social na agricultura familiar no qual práticas sucessórias e matrimoniais encontram-se articuladas, implicando numa forte adesão a regras personificadas nos pais e sogros. Assim, enquanto o filho herdeiro subordina-se à autoridade e decisões do pai com relação à propriedade, a nora, “forasteira” e “recém-chegada”, deve subordinar-se à autoridade da sogra, o que não está isento de conflitos em algumas situações 7. Tais práticas também correspondem a uma reprodução na agricultura familiar relativamente isenta de influências externas (BOURDIEU, 1962, p. 66; WOORTMANN, 1995, p. 196; CARNEIRO, 1998, p. 117-8).

Segundo Brumer (2004) o acesso à educação vem quebrando alguns padrões no meio rural que tem efeito nas estratégias de sucessão das terras, um dos padrões que foram quebrado é este mercado matrimonial descrito no parágrafo acima, as mulheres com maior nível de escolarização, não querem casar-se com agricultores e aceitar o estilo de vida na agricultura. Ainda de acordo com a autora a desvalorização da agricultura familiar trouxe uma visibilidade maior feminina, favorecendo a sucessão da terra para a filha, uma vez que está desvalorizada, os filhos passam a escolher se querem ficar no meio rural trabalhando na

terra, essa escolha de herdar a terra também traz o cuidado com os pais na velhice já que moram na propriedade. Mas vale lembrar que em alguns casos a herança feminina da terra significa que a reprodução familiar e a integridade patrimonial desta terra tiveram pouca importância.

Este primeiro capítulo expõe as relações gênero/sociedade, primeiro analisando como é encarado o papel da mulher na sociedade de forma sempre depreciada, percebe-se a desvalorização da mulher simplesmente pelo determinismo biológico, encarando o sexo como forma de reduzir a mulher em relação ao homem, diante disso o capítulo traz a diferença dos conceitos sexo e gênero, sendo sexo (determinado biologicamente) utilizado como primeira forma de domínio dos homens pelas mulheres, é importante a caracterização dos dois conceitos para o combate à desigualdade de gênero, pois a desvalorização da mulher se reverbera na forma como é banalizado o trabalho feminino, entendido como apenas um trabalho reprodutivo e do lar, funções estas que socialmente estão muito inferiores ao trabalho produtivo, normalmente executado pelos homens.

Diante da inferiorização da mão de obra feminina e com as mulheres hoje muitas vezes sendo sozinhas as responsáveis pelo sustento de muitos lares, a inserção da mulher no mercado de trabalho também é marcado por inúmeras complexidades, desde o seu desdobramento em duplas e as vezes até triplas jornadas, até a ocupação de vagas de trabalho que trazem extrema vulnerabilidade a mulher, trabalhos em jornadas parciais com salários baixos e posições precários, isso também devido ao fato da mulher mesmo estando inserida no chamado trabalho produtivo não pode se ausentar de seu trabalho doméstico.

Ao final do capítulo foi apresentada a economia solidária alternativas as mulheres em estado de vulnerabilidade e exclusão do mercado de trabalho formal. A economia solidária é uma abordagem econômica com o objetivo de reduzir a desigualdade e pobreza de forma a inserir os que estão excluídos do mercado de trabalho formal, uma dessas formas de economia solidária é a agricultura familiar, tema central deste trabalho, analisar a relação gênero e campo, percebendo os mesmos padrões de desvalorização da mulher e sua força de trabalho nos centros urbanos e rurais.

No campo as mulheres são vistas apenas como ajudantes do trabalho produtivo, sendo responsáveis pelos plantios para consumo próprio e familiar. À mulher também não é dada a terra como herança para dar continuidade aos trabalhos da agricultura familiar, na maioria das vezes o pai apenas ensina os filhos homens a como manusear os meios de

produção e conhecimentos tecnológicos. O segundo capítulo deste trabalho trará a agricultura familiar na Região dos Inconfidentes, uma região forte na mineração, e como a agricultura familiar tem espaço para diversificar sua economia preservando solo e a riqueza natural da região. Será abordado como os produtores familiares têm encontrado lugar para sua inserção na economia local.

CAPÍTULO 2:

O CONTEXTO NO QUAL AS MULHERES AGRICULTORAS ESTÃO INSERIDAS NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O segundo capítulo deste trabalho tem por objetivo analisar a trajetória econômica da Região dos Inconfidentes com o foco na agricultura familiar. A região tem sua economia ancorada à extração mineral com pouca diversificação econômica, segundo dados do IBGE 2020 48% do PIB da região vem das atividades de mineração e apenas 0,6% vêm da agricultura. A importância da diversificação econômica se faz necessária por alguns fatores principais, entre eles, a de que a economia da extração mineral é bastante dependente da demanda externa, da flutuação dos preços das *commodities*, e do crescimento dos países exportadores, fatores que podem gerar grande impacto na economia destas regiões dependentes deste setor.

Outros fatores de expressiva importância são os fatores ambiental e o social, as atividades de mineração crescem na região de forma predatória e com consequências catastróficas, evidenciada no dia 05 de novembro de 2015 com o rompimento da barragem de Bento Rodrigues, distrito de Mariana. O capítulo traz a agricultura familiar como alternativa a diversificação econômica, analisando seu desenvolvimento e sua importância na região, como também forma de inclusão social e preservação da biodiversidade local.

Este capítulo está organizado em duas partes, na primeira parte foi discutido a economia da região que tem como sua principal atividade a extração mineral, a segunda parte do capítulo traz a agricultura familiar como forma de diversificação econômica para a região e como tem se desenvolvido a agricultura familiar, assim como a contribuição das instituições para a solidificação e crescimento da agricultura local.

2.1 OS ANTECEDENTES ECONÔMICOS NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES, EM MINAS GERAIS.

Região dos Inconfidentes é formada pelos municípios de Ouro Preto, Mariana e Itabirito. Esta não é uma nomenclatura oficial para denominar a região, pois não existe uma região ou microrregião geográfica brasileira, denominada Região dos Inconfidentes e que envolva os três municípios (Mariana, Ouro Preto e Itabirito), porém desde 1989 os municípios brasileiros formavam grupos por estados e esses grupos eram chamados de mesorregiões e microrregiões IBGE (2017).

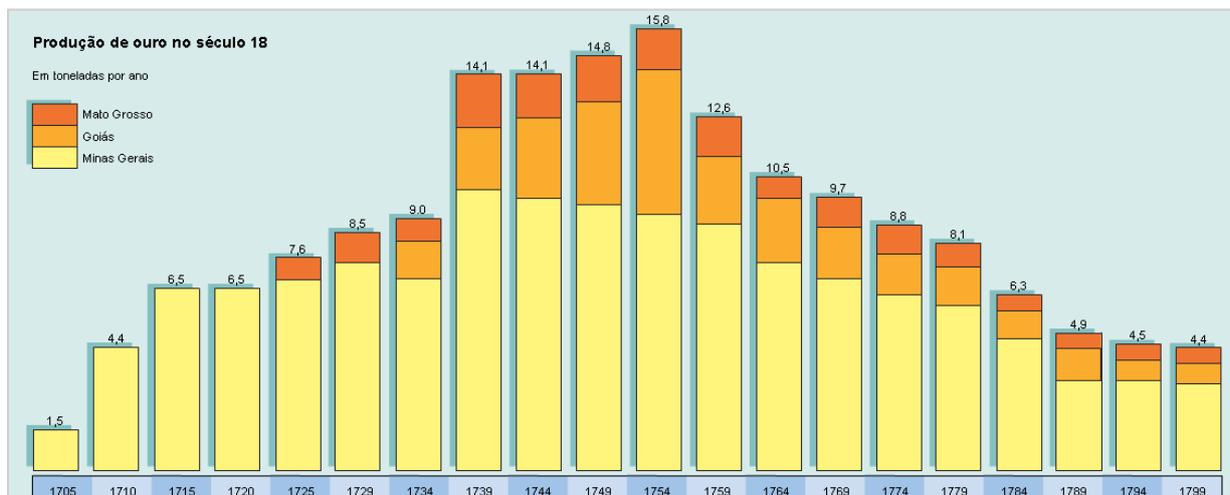
Em 2017 o IBGE mudou a classificação para regiões intermediárias e imediatas, são regiões e grupos de cidades que são separados tendo como referência os centros urbanos que estão mais próximos e assim conseguem satisfazer as necessidades mais imediatas de sua comunidade, como educação, saúde, empregos, consumo de bens duráveis e não duráveis e acesso a outros serviços essenciais (IBGE 2017).

Diante dessa definição os municípios de Mariana, Ouro Preto e Itabirito, na classificação de 1989, faziam parte da mesma mesorregião e hoje continuam correspondendo a mesma região geográfica intermediária e imediata e ficaram conhecidos como Região dos Inconfidentes (IBGE 2017). Segundo o IBGE (2017) a região possui uma extensão territorial de 2.988km² e uma população total estimada de 185.417 mil habitantes, seu PIB total é de R\$9.617 bilhões. A economia da região está fundamentada nas atividades de extração mineral desde o século XVIII, conta também com a participação das indústrias, serviços ligados ao turismo, comércio artesanal e em menor escala a agricultura familiar.

O início das atividades de extração mineral na região deu-se no século XVIII. De 1700 a 1850 o Brasil viveu o ciclo do ouro e foi o maior produtor mundial, produzindo cerca de 16 toneladas anuais, a extração era proveniente principalmente das regiões do Quadrilátero Ferrífero⁵. É importante destacar que o desenvolvimento dos municípios de Mariana, Ouro Preto e Itabirito está intimamente ligado ao desenvolvimento das atividades de extração mineral, a região do Quadrilátero Ferrífero era a região de maior produção de ouro no Brasil (FJP 1975).

⁵Quadrilátero Ferrífero é a mais importante província mineral do sudeste do Brasil. É formado por 24 municípios, dentre eles: Belo Horizonte, Caeté, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Mariana, Ouro Preto, Rio Piracicaba, Sabará e Santa Bárbara. Os municípios da região têm uma população que corresponde a cerca de 22% da população do estado e a sua produção abrange 26,8% do PIB de Minas Gerais.

Gráfico 3- Produção de ouro no século XVIII



FONTE: FGV -Atlas Histórico do Brasil

Indivíduos do país inteiro interessados na extração do ouro se deslocavam até a região onde disputavam o direito à exploração e o direito da posse das terras. Em 1712 a coroa portuguesa decretou a fundação de Vila Rica (atual Ouro Preto) que lhe garantiria o controle da exploração na região, em 1720 Vila Rica foi declarada capital de Minas Gerais (FJP 1975). A exploração do ouro trouxe prosperidade e expansão de sua população durante algum tempo, o que durou até o ano de 1765, esse ciclo se encerra com o término das reservas de ouro (FJP 1975).

Ao final deste primeiro ciclo do ouro, houve um grande êxodo populacional, a população de Vila Rica em 1776 era de 78.618 habitantes, deixando em 1804, 8.890 habitantes, apenas funções administrativas pertencentes à capital do Estado ficaram em Vila Rica, foi nesta fase que Vila Rica tornou-se cidade e mudou seu nome para Ouro Preto, em 1897 a capital de Minas Gerais foi transferida para Belo Horizonte. (FJP, 1975). E é apenas a partir de 1945 que a região tem sua fase de recuperação através de novos ciclos de atividades de extração mineral, como por exemplo o alumínio, o ciclo do alumínio trouxe novas tecnologias aumentando as escalas de exploração deste metal, surgindo a primeira “corrida do alumínio” (FJP,1975).

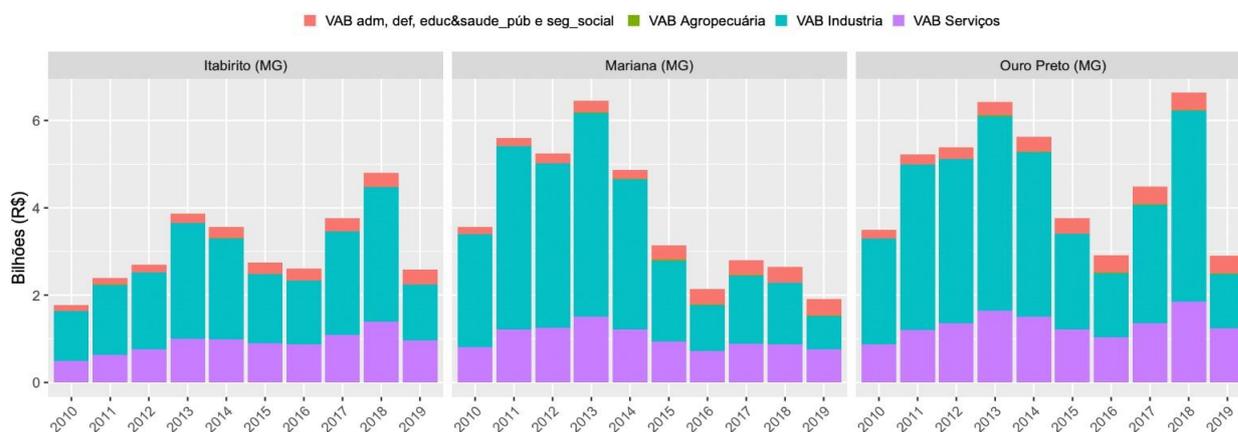
Alguns outros fatores culturais também contribuíram para a relevância da região, o fato de Ouro Preto e Mariana integrarem o Circuito do Ouro que também tem partes da Estrada Real, atrai vários turistas para visitarem as cidades, principalmente pelo patrimônio arquitetônico e arqueológico que a extração do ouro deixou. Na década de 1970, foi fundada

a Universidade Federal de Ouro Preto e junto com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade dado pela UNESCO em 1980 para Ouro Preto e Mariana, são fatores importantes para a expansão do turismo na região. (FJP, 1975).

Segundo Oliveira (2010) é a partir da década de 1970 que ocorre uma maior concentração da atividade de extração mineral nesta região de forma que as empresas operantes conseguiram expandir as áreas de suas atividades. Como consequência da expansão da atividade mineradora houve um grande inchaço dos centros urbanos desses municípios, as pessoas deixaram as áreas rurais em direção aos distritos-sedes em busca de empregos, muitas vezes se alocando em áreas de extrema vulnerabilidade como é o caso das regiões das encostas da Serra de Ouro Preto e das colinas periféricas (OLIVEIRA 2010).

É importante destacar que em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, foi fundada no município de Itabira, uma das maiores empresas de mineração do mundo, a Vale S/A e hoje o município de Mariana abriga a subsidiária da Vale (Samarco), que coloca Mariana como um dos municípios brasileiros que mais se beneficia com a tributação que vem de um setor específico. (GONÇALVES, 2014). É neste cenário que encontramos hoje a Região dos Inconfidentes, uma economia totalmente dependente da atividade de extração mineral.

Tabela 4- PIB por setor na Região dos Inconfidentes



O crescimento sem planejamento dos municípios causa degradação de alguns sítios arqueológicos que são importantes, pois “guardam registros das atividades passadas, como ruínas, escavações subterrâneas, canais de condução da água e até artefatos usados no processo de extração do ouro” (OLIVEIRA, 2010, p. 74). De acordo com Oliveira (2010), a

ocupação desordenada acarretou as instabilidades dos aterros e tornou as estruturas das construções bem frágeis.

Mesmo com um grande patrimônio cultural e natural que vem da flora e fauna local e com todos os problemas causados tanto pelo inchaço dos distritos sedes quanto pelos desgastes da região pela atividade mineradora, a implementação de uma proposta de diversificação produtiva ainda não era discutida. Contudo o diálogo para a diversificação econômica da região torna-se mais urgente em decorrência do dia 05 de novembro de 2015, o rompimento da barragem do Fundão no município de Mariana, resultando em uma das maiores tragédias socioambientais do Brasil, o rompimento da barragem lançou 80 milhões de toneladas de lama tóxica sobre os distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, a tragédia resultou em 19 vítimas fatais, o rejeito percorreu 663 km chegando ao mar no estado do Espírito Santo, solos férteis e águas foram contaminados, várias famílias perderam suas terras que eram suas fontes de renda e de sobrevivência (ZONTA; TROCATE 2016).

De acordo com Silva, Silva e Tupy (2019) o município de Mariana depois do rompimento da barragem está lidando com a expansão da proporção de alguns problemas antes enfrentados, mas que estavam em menor escala, como o aumento do desemprego, e a diminuição da arrecadação tributária. Silva (2018) destaca que mesmo a atividade mineradora tão intensa na região não houve significativas melhoras em questões como na desconcentração da renda e na diversificação produtiva, a autora ainda pontua que a grande dependência setorial que traz uma cidade com alta especialização produtiva como o caso de Mariana, fez com que as consequências a um desastre como a queda da barragem, compromettesse não apenas a atividade produtiva direta (mineração), mas as atividades complementares e as atividades que estão indiretamente ligadas ao setor.

Ainda, segundo os autores Silva, Silva e Tupy (2019) a região apresenta baixa capacidade de resiliência e reconversão econômica, não apenas percebido durante a queda da barragem, mas explicito também nos momentos em que os preços das commodities estão em queda, com isso é preciso focar no desenvolvimento da região de forma mais limpa e respeitando a região.

” Os impactos oriundos desta tragédia fizeram com que a dúvida sobre a credibilidade de uma proposta de diversificação desse lugar a urgência em se pensar essa diversificação. Tem-se ciência de que a mineração não será substituída em sua contribuição ao PIB na economia marianense a curto e em médio prazo. Porém, levanta-se a seguinte questão: até que ponto um setor que contribui

significativamente com o PIB de um município, contribuirá com o desenvolvimento de um local.” (SINGULANO, SOUZA E VIANA 2018)

O diálogo sobre uma nova proposta de desenvolvimento da região dos Inconfidentes não deve estar apenas ligado a produção de bens e serviços, segundo a proposta teórica de Amartya Sen⁶, para falar sobre desenvolvimento de uma região é necessário levar em consideração, questões como: quais as condições e os efeitos dessa produção para o social, quem terá o acesso a produção? Quanto para o ambiental, as questões mais relevantes é quanto a exploração do solo, da fauna e flora local, os aspectos culturais e institucionais também são muito importantes para que ocorra o desenvolvimento. Sen (1999) destaca que o desenvolvimento vai além da acumulação de riqueza e do crescimento do PIB.

Nota-se, portanto, que é bastante complexo o entendimento de como se dá o desenvolvimento local quando se levam em conta todas as esferas supracitadas e suas inter-relações. Com isso, as abordagens tradicionais que versam sobre crescimento econômico, se consideradas de forma isolada, não dão conta de explicar as idiosincrasias inerentes ao processo de desenvolvimento local, pois estão estruturados em suposições simplificadoras da realidade. (MARISA 2010)

Outro conceito importante é o conceito de capital social que segundo Bourdieu (1980) é um conjunto de recursos e vantagens que tem como intuito as relações sociais em que os indivíduos pertencentes a estes grupos possam desenvolver técnicas e recursos culturais de forma a proporcionar maior eficiência na produção coletiva (HOTT e VIANA 2020). Segundo Singulano, Viana e Souza (2018) a agricultura familiar tem enorme capacidade de ser utilizada como principal agente para diversificação da economia na região dos Inconfidentes, diante do amplo potencial rural que existe nos municípios de Mariana e Ouro Preto.

O potencial agrícola da região não é explorado devido a mineração ser historicamente priorizada diante dos demais setores (SINGULANO 2010). “Dentro desse processo, atividades que antes eram desenvolvidas nas regiões desaparecem ou recuam porque recursos públicos passam a ser direcionados à mineração ou, ainda, porque a atividade mineradora

⁶ Amartya Sen é um renomado economista e filósofo indiano, reconhecido por suas contribuições significativas para o campo da economia do bem-estar social e seu trabalho sobre a pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano. Ele desenvolveu uma abordagem inovadora para medir o bem-estar da sociedade, não apenas com base em indicadores econômicos, mas também considerando fatores sociais e políticos que afetam a qualidade de vida das pessoas. Uma de suas principais contribuições é o conceito de "capacidades", que enfatiza a importância de avaliar o desenvolvimento humano com base nas capacidades e oportunidades que as pessoas têm para alcançar o que valorizam, em vez de apenas medir a renda ou o Produto Interno Bruto (PIB). Em 1998, ele recebeu o Prêmio Nobel de Economia por suas contribuições para a economia do bem-estar e sua análise dos problemas da pobreza

altera as condições naturais e socioeconômicas da região” (TROCATE; COELHO, 2020, p.89).

Quando se fala em desenvolvimento e Agricultura Familiar pode-se relacionar os diversos fatores que inter-relacionam entre si para o desenvolvimento de uma região, são eles: o social, o cultural, o ambiental, o institucional e o econômico e que a Agricultura Familiar inclui todos os aspectos que juntos formam uma estrutura base para o desenvolvimento, que segundo Sabourin (2005) essa é a ideia da multifuncionalidade da agricultura familiar que foi apresentada pela primeira vez na Eco92⁷, e que define-se por multifuncionalidade da agricultura familiar “o conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade” (Laurent, 1999). Este conceito traz a ideia de utilização de estratégias de desenvolvimento sustentável, preocupando-se com a preservação dos recursos e territórios locais, assim como estratégias para manter no campo a população rural. (SABOURIN 2005).

É necessário entender primeiramente que segundo Petersen (2013) o desenvolvimento da estrutura da economia brasileira tem o agronegócio como papel central, em que a exploração dos recursos naturais ocorre de forma predatória e com o acesso aos recursos para a exploração bem restritos aos grupos do agronegócio não tendo a agricultura familiar como agente principal, mas sim os grandes latifundiários. Ainda de acordo com o autor as ações públicas que são feitas para favorecer a agricultura familiar, contribuem para que a agricultura familiar seja subordinada às cadeias dominadas pelas corporações do agronegócio.

Petersen (2013) mostra que há caminhos alternativos a essas práticas e apresenta a agroecologia como um deles. A base da agroecologia está em como é manejado os ecossistemas e a relação entre os componentes e os subsistemas, que são deste modo geram níveis escaláveis de autonomia, estabilidade produtiva e resiliência ecológica (Petersen 2013).

O enfoque científico da Agroecologia o distingue em vários sentidos do enfoque dominante das ciências agrárias, mesmo quando este está orientado ao desenvolvimento da agricultura orgânica. Em primeiro lugar porque (1) a

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi uma importante conferência realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. ocorreu de 3 a 14 de junho de 1992 e foi um marco significativo na história das questões ambientais globais. Participaram da conferência representantes de 172 países, além de organizações não governamentais (ONGs) e outros atores da sociedade civil. Principais resultados da ECO92 foi a adoção da Agenda 21 e a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), que foram assinadas durante a conferência.

construção do conhecimento agroecológico é contextualizada nas realidades agrárias onde ele será empregado. O enfoque nessa construção é voltado essencialmente para a (2) promoção de equilíbrios ecológicos na escala da paisagem agrícola, de modo a (3) mobilizar recursos do capital ecológico territorial para o processo produtivo. Dessa forma, (4) estimula trajetórias endógenas de inovação técnica que proporcionam, simultaneamente, (5) o aumento da produtividade física dos cultivos e criações e (6) a diminuição dos consumos intermediários, resultando na (7) produção de maior valor agregado, na (8) sua apropriação pelas famílias agricultoras e na (9) sua retenção e circulação no território. A riqueza social assim gerada (10) realimenta a endogeneidade, (11) abrindo novas margens de autonomia para a contínua produção de novidades. Em segundo lugar, porque (12) o processo social de produção de novidades não depende exclusivamente do aporte do conhecimento científico, o que sinaliza (13) a estruturação de redes sociotécnicas multilínguas de âmbito territorial, (14) que criam ambientes fecundos para o diálogo entre os saberes científico-acadêmicos e as sabedorias populares (nichos de inovação). Em meio a esses ambientes, (15) a capacidade de agência social de agricultores e agricultoras, bem como de suas organizações, é valorizada e desenvolvida, (16) fortalecendo o capital social e (17) abrindo espaço para que os arranjos institucionais sejam continuamente aprimorados, o que favorece que (18) a governança local sobre os mercados territoriais seja incrementada e que (19) novas atividades econômicas sejam desenvolvidas. (PETERSEN, 2013, p. 93-4)

Os municípios de Mariana e Ouro Preto foram guiados e assistidos pelos órgãos técnicos de forma que a prática da agroecologia na agricultura familiar local evoluísse, práticas e métodos foram introduzidos de modo a maximizar e otimizar a produção dos alimentos de forma a ajudar a biodiversidade local integrando aos elementos culturais, sociais e econômicos da região. Na seção seguinte será analisado como tem se desenvolvido a agricultura familiar na região e sua relação com as instituições.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES.

A ocupação de Minas Gerais começou no final do século XVII, existia na bacia do rio São Francisco os criadores de gado, e como analisado nos parágrafos anteriores, foi no final do século XVII o começo das atividades de extração do ouro na região, como a extração do ouro retinha quase toda a mão de obra disponível quase não existia atividades agrícolas e manufatureiras, a economia era formada pela extração aurífera e uma minúscula parcela do cultivo da lavoura e à criação de porcos. Com o declínio da atividade de mineração, a tecelagem e pequenas fundições de metais se desenvolveram na região.

Em 1785, a Metrópole emite um decreto que proibia a instalação de novas manufaturas, e acabando com as já existentes por medo de emancipação das colônias, diante isso Minas Gerais optou pelo cultivo da agricultura e pela pecuária, com as poucas técnicas que tinham surgiram as lavouras de cana de açúcar, algodão e fumo. Hoje, segundo o IBGE

(2020) o estado de Minas Gerais é o maior produtor de café com cerca de 54% de toda a produção do país, possui o maior rebanho bovino leiteiro do país, é também importante na produção do algodão, arroz, banana, feijão, mandioca, milho, soja, laranja e batata-inglesa. (MDA, CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96).

Porém, segundo Singulano, Viana e Souza (2018) ainda não era explorado o potencial agrícola que existe na região dos Inconfidentes, o município de Ouro Preto de acordo com o IBGE 2022 tem um território total de 1.245,865km² de extensão, deste total territorial apenas 2,26% de sua área é ocupada pelo distrito sede, o restante de seu território é composto por doze distritos⁸, são distritos com diferentes características, mas são predominantemente rurais, assim o município tem apenas 6,25% de seu território composto por áreas urbanas, mesmo a maior parte do seu território sendo rural, apenas 13% de toda a sua população habita este território (IBGE 2020). O município de Mariana tem em sua totalidade territorial de 1.194,28km² possuindo dez distritos⁹, assim como Ouro Preto sua população rural é de apenas 12% do total de sua população, possuindo um território rural de 70% do total de sua extensão territorial (IBGE 2020).

Com o êxodo rural, a diminuição da população rural foi muito significativa para o não desenvolvimento da área rural, mas é apenas a partir de 1990 que foram criadas ações pontuais, a princípio somente no município de Ouro Preto, e que contemplaram alguns distritos, para a permanência da população nas áreas rurais, essas ações não foram efetuadas no município de Mariana (OLIVEIRA 2020). A fim de exemplificar algumas dessas ações, em 1990 foi criada a Lei Orgânica do Município de Ouro Preto, que traz ações de regularização fundiária, a criação de uma infraestrutura de transporte entre os distritos e o distrito-sede, criação de postos de saúde, escolas, centro de lazer e ações para garantir a segurança alimentar., (OURO PRETO, Lei nº0/1990)

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agropecuária e Agroindústria do Município de Ouro Preto, também criado em 1990, por sua vez tinha como objetivo estimular a produção rural capacitando e dando assistência técnica, possibilitando o acesso ao uso de tecnologias para a produção, facilitando a aquisição de insumos de forma a diversificar a produção e ter mais acesso ao mercado, esta lei também contempla a implantação de

⁸ Os distritos de Ouro Preto são: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, São Bartolomeu, Santo Antônio do Salto e a sede municipal.

⁹ Os distritos de Mariana são: Águas Claras, Bandeirantes, Cachoeira do Brumado, Camargos, Claudio Manoel, Furquim, Monsenhor Horta, Padre Viegas, Passagem de Mariana e Santa Rita Durão.

infraestruturas básicas para as famílias locais e ações de recuperação e conservação dos solos (OURO PRETO, Lei nº59/1990)

Em 2006 foi criado o Plano Diretor do Município de Ouro Preto, este plano aborda a autonomia dos distritos e desta maneira consegue assegurar a permanência da população nestas áreas rurais com ações para a garantia da segurança alimentar nos distritos, a descentralização dos serviços e do ensino do distrito-sede, o plano também busca estimular as vocações de cada distrito focando no turismo ecológico e cultural e na agropecuária. É importante lembrar que não houve ações que contemplasse todo o território de Ouro Preto e muitas dessas ações não foram de fato feitas no município, visto a diversificação econômica não ser uma pauta forte na região (OURO PRETO, Lei nº29/2006)

As famílias que residem nas áreas rurais nos dois municípios contam com o difícil acesso aos serviços básicos e as oportunidades de emprego, pois estes serviços ainda estão concentrados nos distritos-sedes e as ações para viabilizar os transportes entre os distritos e o distrito-sede, não tiveram o devido direcionamento e investimentos. Segundo Singulano, Viana e Souza (2018) a precariedade destes serviços de transporte coloca as famílias que vivem nas áreas rurais em situação de vulnerabilidade social, fazendo com que elas deixem estas áreas e suas terras fiquem sem atividades, muitas vezes vendendo suas terras por um preço muito baixo. A criação de políticas destinadas a fomentação da agricultura familiar na região está ajudando a manter a população em suas terras (SINGULANO; VIANA; SOUZA 2018).

Os produtores familiares da região estão divididos nos distritos, como exemplo o distrito de Santa Rita de Ouro Preto que concentra o maior número de agricultores familiares da região, foi neste distrito que começou a primeira associação destes produtores, chamada de AAFAPRE (Associação dos Agricultores de Piedade e região), fundada em 1993. Em Mariana temos o exemplo da Associação do Cafundão, que fica localizada no distrito de Cachoeira do Brumado, ambas as associações descritas trabalham com a produção artesanal de utensílios de pedra sabão, estas produções artesanais estão presentes nos distritos antes mesmo de trabalharem com a agricultura familiar (HOTT, 2020).

Os agricultores da região dos Inconfidentes normalmente se juntavam em associações e cooperativas com iniciativas que tinham por objetivo o desenvolvimento social dos distritos. Ainda como exemplo os agricultores de Santa Rita de Ouro Preto, suas primeiras ações para fomentar o desenvolvimento do distrito foram mutirões para melhoria das estradas

e pontes, para acesso ao distrito-sede, a construção e reforma de moradias, a procura por doações de cestas básicas, pois segundo moradores da região, as condições da comunidade eram precárias e a situação das pessoas era de vulnerabilidade (HOTT, 2020).

Segundo dados do último censo agropecuários de 2017 Ouro Preto possuía 506 estabelecimentos de agricultura familiar, ocupando uma área de 6.566 hectares, sendo este número 70% de todos os estabelecimentos rurais do município. Mariana contava com 207 estabelecimentos familiares que representa 72% de todos os estabelecimentos rurais e sua área soma 4.619 hectares (BRASIL, 2018).

Os agricultores familiares da região começaram em partes dos municípios de Ouro Preto e Mariana com a produção de artesanais de utensílios de pedras sabão, que é extraído localmente e que é importante ressaltar que esta atividade é desenvolvida apenas pelos homens das comunidades e as mulheres produzem as quitandas que são comercializadas, um exemplo disso é a da Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues em que as mulheres produziam as geleias de pimenta, entretanto tiveram suas produções afetadas pelo rompimento da barragem. Na maioria das cooperativas as mulheres eram apenas responsáveis pelo cultivo dos alimentos para consumo próprio familiar, também em alguns distritos, os produtores plantavam eucalipto para geração de carvão (SINGULANO, 2010).

A produção de alimentos nos distritos os locais eram para consumo próprio da comunidade é a partir de 2008, com políticas para desenvolvimento da agricultura familiar como o Pronaf, as famílias perceberam a possibilidade de comercialização, iniciando uma maior diversificação do plantio e aumento da escala. Estes agricultores contaram com o suporte da EMATER, da Secretaria de Agropecuária de Prefeitura de Ouro Preto e da UFOP para conseguirem comercializar para as escolas, creches e asilos municipais (GAIÃO, 2017).

O desenvolvimento da agricultura familiar na Região dos Inconfidentes está mais integrado aos trabalhos desenvolvidos na UFOP, que trabalha com alguns distritos de maneira colaborativa e interinstitucional. A universidade juntamente com outras instituições como a SEDA e a EMATER, desenvolvem ações para solidificar a agricultura familiar na região, neste contexto foi criado na UFOP em 2016 o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (NUPEDES)¹⁰.

¹⁰ O NUPEDES foi idealizado com o intuito de agrupar as ações de pesquisa de busca da diversificação produtiva das atividades econômicas nas áreas urbanas e rurais da região dos Inconfidentes, de forma que expandisse as formas de geração de renda, gerasse autonomia e desenvolvimento local de maneira sustentável (SINGULANO; VIANA; SOUZA 2018). As ações do NUPEDES buscam capacitar os agricultores da região

Abramovay (1999) detalha que a estratégia necessária no desenvolvimento da agricultura familiar como alternativa a diversificação econômica em uma região é colocar a agricultura familiar conectada a outros setores, como o turismo e a agroindústria, estratégia esta que segundo o autor já tem sido utilizada em outras partes do mundo como na Europa com sucesso. De acordo com Singulano, Viana e Souza (2018) parte importante do trabalho do NUPEDES com os agricultores é a busca por mercados, para as autoras é importante a integração dos produtores em circuitos econômicos convencionais ou alternativos:

“Ao considerar as possibilidades de mercados em que se inserem os agricultores familiares, mostra-se uma diversidade de situações de maior ou menor integração destes agentes a mercados que se estruturam também de formas distintas. A inserção dos agricultores nos mercados pode ser considerada uma realidade indiscutível no contexto de uma economia de mercado globalizada” (SINGULANO, VIANA; SOUZA 2018 p7).

Segundo Schneider (2016) o sucesso da inserção dos produtores familiares nos mercados ajuda para que os agricultores familiares tenham sucesso na reprodução e ampliação da autonomia. Singulano, Viana Souza (2018) trazem a relação dos produtores com a globalização dos mercados agroalimentares que foi afetada pelo controle dos mercados por grandes empresas multinacionais, mas é preciso um olhar atento a novas tendências de mercados que surgem e que contrapõe os mercados globalizados, são circuitos curtos e alternativos, realocando os produtores nos mercados agroalimentares. “Os circuitos curtos requerem proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e, quando necessário, apenas um intermediário conhecedor do processo” Darolt (2013, p. 162).

Para expandir e consolidar a agricultura familiar na Região dos Inconfidentes foram criados projetos como o Circula Agricultura (que promove feiras para comercialização dos produtos feitos pelos agricultores familiares nas unidades da UFOP) e em 2016 o primeiro Festival da Terra, o festival era um conjunto de ações para propagar a agricultura familiar de base agroecológica e através dessas ações fazer um intercâmbio de conhecimento tradicionais e científicos, preservando o estilo de vida e interações campesinas, o festival começou em Santa Rita, dividindo conhecimento com os agricultores de outras cooperativas e comunidades. O festival ganhou força no ano de 2017 com o apoio da Federação dos trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) que colocou recursos para que o festival continuasse a acontecer. De acordo com Machado (2018):

para a autogestão e o fortalecimento do associativismo, ações essas que são pautadas na economia solidária e social.

“os agricultores e as agricultoras familiares representam um repertório cultural impressionante, e altamente variado, incluindo diferentes formas de arte, música, dança, história e arquitetura, que se somam à cultura alimentar local, à diversidade de alimentos e às suas preparações”

Segundo Darolt (2013) ao aproximar a população das áreas rurais com a população das áreas urbanas é uma maneira de apoiar e expandir a comercialização dos alimentos de origem agroecológicos, apoiando os produtores que convivem diariamente com desafios de buscar atividades que gerem renda no campo com produções de forma sustentável aplicando os princípios agroecológicos no seu sistema produtivo.

Os agricultores tiveram apoio de outras instituições públicas como o apoio da prefeitura de Mariana que concedeu o transporte dos alimentos e dos agricultores de forma a viabilizar e conseqüentemente consolidar as feiras do Circula Agricultura. A EMATER teve grande participação na consolidação da agricultura familiar na Região dos Inconfidentes, possibilitando que o cultivo partisse de uma base agroecológica dispensando o uso de agrotóxicos. A Vale também tem contribuições na região, a empresa criou o Projeto Agir, que concedeu alguns investimentos que beneficiaram a Horta Real¹¹, que fica no distrito de Santa Rita, no município de Ouro Preto. O valor do projeto que se aproxima de 40 mil reais, possibilitou que os agricultores pudessem ter acesso a conhecimentos de empreendedorismo e a como inserir no mercado.

A interação entre os agricultores familiares da região dos Inconfidentes e os projetos da UFOP se consolidaram. Com o apoio do NUPEDDES, os agricultores conseguiram se regularizar, deste modo as cooperativas teriam autonomia financeira e facilidade ao acesso as políticas públicas para a agricultura familiar. (SINGULANO, VIANA, SOUZA 2018). A UFOP juntamente com a EMATER, o RU e AAFAPRE, trabalharam juntos para que as cooperativas obtivessem a DAP¹² Especial Pessoa Jurídica. Depois de obter a DAP Jurídica é necessário que 60% dos associados tenham a DAP física, esta DAP é para comprovar a legitimidade como agricultor familiar, este trabalho foi desenvolvido com aproximadamente com 40 agricultores. Deste modo a compra dos alimentos pelas instituições permitiu a consolidação da Agricultura Familiar na região.

¹¹ Foi criada em 2016 por um grupo de 27 agricultores (20 jovens) – trabalhavam com a produção de uma horta coletiva, com parte de objetivo de manter o jovem no campo. A princípio começaram com a produção de hortaliças, legumes e verduras nos subdistritos de Piedade e Moreira. Desde 2018 a horta possui 18 membros e concentra suas atividades no subdistrito de Piedade.

¹² Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Até o ano de 2018, ano em que o restaurante universitário foi terceirizado, a UFOP era referência nacional do PAA, na parte de Compra Institucional que representava a compra de 30% dos produtos alimentícios para o restaurante universitário, diretamente das cooperativas de agricultura familiar, que pode ser feita por meio de Chamada Pública não precisando de processos licitatórios, medida que já existia através da PNAE que está na LEI nº 11.947/2009 e pelo Decreto 8.273/16, algumas escolas dos municípios de Mariana e Ouro Preto já utilizavam desta lei. Então em 2016, foi formalizada a chamada pública para adquirir os alimentos para o RU. É válido explicitar que o restaurante universitário da UFOP oferece diariamente 5600 refeições (SINGULANO, VIANA, SOUZA 2018).

Os agricultores familiares da Região dos Inconfidentes apresentam certo grau de dificuldade como aponta Ferreira (2013) no que tange a operacionalização das entregas dos alimentos para o restaurante universitário, as dificuldades estão mais concentradas nas divisões das responsabilidades para que todo o processo aconteça sem imprevistos e atrasos, as responsabilidades maiores são: a formulação dos contratos de compra e venda, contato com os compradores, precisam ter domínio sobre a programação e o controle do transporte, precisam entender o processo de como determinar os preços de venda – pois para formular os preços dos produtos comercializados é necessário entender a estrutura dos custos de produção.

A UFOP também tem uma participação colaborativa em todo esse processo dos agricultores, pois entendeu que apenas facilitar a comercialização dos alimentos não estava suficiente é necessário ações que darão suporte aos produtores viabilizando todo o processo, não apenas para as compras feitas pela universidade para o RU, mas para que os produtores pudessem alcançar os consumidores da região. Isto é evidenciado em muitos projetos desenvolvidos na universidade, como exemplo, em parceria com discentes e docentes da UFV e da UFMG foi criado o projeto Edital 001/2020 para “projetos interinstitucionais de extensão em interface com a pesquisa para a promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável e enfrentamento da pandemia da COVID-19”, lançado pelo Ministério Público do Trabalho como parte do termo de ajuste de conduta referente às multas pelo crime do rompimento da barragem de Fundão.

O projeto teve como perspectivas centrais a economia solidária, a produção agroecológica e a igualdade de gênero. O trabalho com os agricultores do distrito de Santa Rita e da comunidade do Cafundão, tinham como objetivo mapear os problemas enfrentados

pelos agricultores de modo a apontar estratégias que poderiam ser implementadas, a fim de melhorar o plantio, a comercialização e do ponto de vista da igualdade de gênero entender o impacto de uma expansão na participação feminina nas associações e cooperativas, esta análise foi possível através do estudo das comunidades e por meio de entrevistas aos agricultores e agricultoras. Os resultados obtidos sob a ótica de gênero serão discutidos no próximo capítulo, que traz um olhar mais aprofundado das relações de gênero em Santa Rita e no Cafundão.

É necessário a discussão acerca da segurança alimentar que a agricultura familiar de origem agroecologia proporciona, escolher um modelo agroecológico de produção e cultivo, simboliza a promoção de saúde dos que consomem, e uma variedade maior de alimentos para os próprios agricultores, pois cultivam parte para consumo familiar. Mas o modelo agroecológico também traz benefícios quanto ao trabalho dos agricultores, evitando a intoxicação dos agricultores pelos agrotóxicos. Segundo Bombardi (2017) estima-se que houve 1.250.000 intoxicações por uso de agrotóxicos no país no período de 2007 a 2014. A EMATER proporcionou o ensino de técnicas agroecológicas para os agricultores da região dos Inconfidentes, promovendo mais saúde e segurança do trabalho, além da preservação do solo (SINGULANO, VIANA, SOUZA 2018).

A pandemia do COVID-19 foi outro fator de relevância para a agricultura familiar na região, expondo os agricultores a vulnerabilidade diante do corte das compras institucionais e da proibição das feiras livres, os agricultores tiveram dificuldades para conseguirem o auxílio emergencial de três meses que era garantido pela prefeitura, neste cenário os agricultores viveram incertezas de renda e quanto a comercialização dos alimentos e das quitandas, afetam as mulheres de forma mais intensa (Relatório Técnico UFOP; UFV; UFMG, 2022).

Durante a pandemia foi muito importante a divulgação da comercialização dos produtos através das redes sociais e em pontos estratégicos dos municípios de Mariana e Ouro Preto. Foram criados grupos de WhatsApp e os agricultores começaram a entregar os pedidos, segundo alguns agricultores este foi um formato de venda que durante a pandemia cresceu bastante e assegurou parte da renda (Relatório Técnico UFOP; UFV; UFMG, 2022).

Após a pandemia do COVID-19 algumas feiras voltaram a funcionar, como é o caso da feira de Mariana que acontece aos sábados nas mediações do Centro de Convenções, a feira voltou de forma tímida e de acordo com os feirantes as divulgações feitas pela prefeitura

de Mariana quanto do NUPEDES através das mídias sociais foram fatores determinantes para o aumento do público (Relatório Técnico UFOP; UFV; UFMG, 2022)

Os trabalhos da UFOP junto as outras instituições e aos agricultores familiares, democratizam os indivíduos que são diretamente afetados pelos projetos e políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar, acarretando mudanças estruturais das relações sociais, a fim de representação é notório o aumento das mulheres agricultoras envolvidas diretamente nas atividades produtivas e nas formas de organização das cooperativas e associações (SINGULANO, VIANA, SOUZA 2018). Essa maior inserção das mulheres trouxe resultados positivos em relação ao aumento da renda familiar e como forma de criação de uma renda feminina, fortaleceu-se a relação mulher/campo na região (Relatório Técnico UFOP; UFV; UFMG, 2022).

Fato relevante em relação a maior participação das mulheres no campo é que até o início dos projetos desenvolvidos pelo NUPEDES junto as instituições e aos agricultores, não havia nenhuma mulher ocupando cargos de diretoria e tomada de decisões nas associações e cooperativas, atualmente a vice-presidente da COOPAFOR é uma mulher (Relatório Técnico UFOP; UFV; UFMG, 2022). A agricultura familiar na região dos Inconfidentes passou as fases de início, desenvolvimento, estando vivendo a consolidação e expansão, a UFOP e a EMATER tiveram e ainda possuem papel fundamental nestes processos, visto que mesmo diante do exposto acima a agricultura familiar ainda não tem um lugar de destaque na região.

No próximo capítulo deste trabalho será abordado como é desenvolvida a agricultura familiar no distrito de Santa Rita e no subdistrito do Cafundão, a análise será direcionada ao olhar sobre gênero e campo, como as mulheres dessas associações e cooperativas exercitam o seu papel e como lidam com o campo e a tomada de decisão desde o plantio até a comercialização e direção das associações.

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CAMPO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM SANTA RITA E CAFUNDÃO.

O terceiro capítulo deste trabalho tem por objetivo identificar e analisar a relação gênero e campo em comunidades rurais nos municípios de Mariana e Ouro Preto. Para tanto, foram selecionados dois distritos destes municípios, o distrito de Santa Rita de Ouro Preto no município de Ouro Preto e o subdistrito do Cafundão que fica localizado no distrito de Cachoeira do Brumado, em Mariana. Este projeto foi elaborado sobre três perspectivas centrais: a economia social e solidaria, a produção agroecologia e a Igualdade de gênero que é o foco deste trabalho. Os dados para esta análise foram obtidos através do projeto Interinstitucional UFOP UFV UFMG, Edital 001/2020 para “projetos interinstitucionais de extensão em interface com a pesquisa para a promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável e enfrentamento da pandemia da COVID-19”, lançado pelo Ministério Público do Trabalho como parte do termo de ajuste de conduta referente às multas pelo crime do rompimento da barragem de Fundão.

De acordo com autoras como Costa (2007); Singulano e Silvera (2017), é fundamental a participação feminina na produção agroecológica, sendo seu papel em sua maioria não valorizado e deixado apenas para o trabalho doméstico e para o cultivo dos alimentos para consumo próprio. Mas a inserção feminina nos mercados solidários, traz a configuração de novas oportunidades para as mulheres, como a inclusão financeira, que já tem um forte viés de gênero na região (DE DEUS 2019), e que se associa a novas formas de desenvolvimento das comunidades as quais estão inseridas, é importante mostrar que a inserção dessas mulheres nos mercados valoriza a identidade das produtoras tanto economicamente quanto social (SINGULANO, SILVERA 2017).

Este capítulo está dividido em três seções, a primeira seção traz um panorama de Santa Rita e do Cafundão, em termos de como é desenvolvida a agricultura familiar local e a interação feminina em todos os processos que vão desde o cultivo das hortas e produção das quitandas até a presença feminina em lugares antes ocupados apenas pelos homens das comunidades. Na segunda parte foi feito uma expositiva da metodologia usada para coleta dos dados obtidos através das pesquisas que foram direcionadas a gênero. A terceira seção traz uma análise dos resultados obtidos de forma a compreender como se dá o papel das

mulheres nos distritos estudados, com o propósito de direcionar as estratégias na busca por maior protagonismo feminino no que diz respeito a participação produtiva e decisória.

3.1 DISTRITO DE SANTA RITA DE OURO PRETO E A COMUNIDADE DO CAFUNDÃO.

SANTA RITA DE OURO PRETO

O distrito de Santa Rita de Ouro Preto fica a 30km do distrito-sede, é o segundo maior distrito em extensão territorial de Ouro Preto, seu território total é de 185,695 km² e 98,94% deste território é composto por áreas rurais, sua população rural é de 66% da população total. Santa Rita é conhecida como a capital da Pedra-sabão, pois desde que começou a ser povoada no final do século XVII foram encontradas grandes quantidades de estatina (conhecida como pedra sabão) na região, atualmente a região abriga o maior número de artesões especializados na arte de esculpir a pedra-sabão (MELO 2014).

A urbanização da região começou em 1940, quando algumas atividades produtivas começaram se desenvolver, como a produção do pó da pedra-sabão para indústria química e metalúrgica, segundo Melo (2014) Santa Rita tem potencial de crescimento e tamanho para se tornar umas das regiões mais desenvolvidas de Ouro Preto. Porém o distrito enfrenta alguns problemas econômicos e sociais, ainda de acordo com o autor, um grave problema enfrentado pela comunidade é a manutenção do equilíbrio entre rural-urbano, que está ameaçado pela exploração clandestina mineral que está em níveis altos e faz com que a produção agrícola diminua e as pessoas que moram nas áreas rurais deixem suas terras para encontrarem emprego nas áreas urbanas do distrito.

Em contrapartida a esses problemas a comunidade foi a primeira associação de agricultores familiares da região dos Inconfidentes, a AAFAPRE¹³ (Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região), foi fundada no dia de 18 de dezembro de 1993 e seu nome era Associação de Desenvolvimento Comunitário de Piedade. Os próprios agricultores se juntaram para iniciativas que tinham por objetivo o desenvolvimento do bem-

¹³ É uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, com personalidade jurídica própria e tempo de duração indeterminado, sendo regida por seu respectivo estatuto e pelas disposições legais aplicáveis de acordo com o art.53 Código Civil Brasileiro. Sua sede está localizada no subdistrito Piedade no distrito de Santa Rita de Ouro Preto.

estar da comunidade, como por exemplo, a criação da estrada que liga as comunidades de Piedade e Moreira a Catas Altas da Noruega, que foi construída pelos moradores a fim de possibilitar o acesso as comunidades via automóveis, durante dois meses os moradores trabalharam para criar a estrada que possui sete quilômetros de extensão. (MELO 2014).

Atualmente os produtores familiares de Santa Rita possuem a maior diversidade de produção dentre todos os distritos da região. Melo (2014) relata que a comunidade comercializa os alimentos desde os tempos coloniais, e se destacava pelas produções de diversos gêneros alimentícios, “usando as famosas “tropas de burro” para o transporte dos alimentos para o distrito-sede” (MELO 2014). Os agricultores de Santa Rita cultivam milho, feijão, banana, café e tem produção de leite, algumas famílias também produzem queijo minas artesanal, este trabalho é em sua maioria feito pelas mulheres que também produzem bolos, pães de queijo, biscoitos de polvilho, doces de frutas e outros quitutes da culinária local.

Segundo o MDA (2017) a AAFEPRE é a única entidade que é detentora da DAP de pessoa jurídica no município de Ouro Preto, possui 107 associados sendo 88 detentores da DAP que é reconhecida pela MDA. Foi apenas através da criação de uma associação que os produtores tiveram apoio de algumas instituições como a EMATER para que tivessem acesso as políticas públicas como o crédito agrícola subsidiado do Pronaf, o que fomentou a produção e venda de carvão vegetal e desde 2016 tem ajudado na produção e comercialização dos alimentos para venda para o mercado institucional, o distrito de Santa Rita abastece cerca de 9 escolas estaduais e 52 instituições municipais anualmente também abastecia o restaurante universitário da UFOP.



Fonte: imagens arquivos NUPEDES (2023). Foto hortas de Santa Rita.

A participação feminina na comunidade é muito forte, as mulheres estão presentes desde o cultivo dos alimentos, na fabricação das quitandas para comercialização até dentro das associações em cargos de diretoria e presidência, um exemplo é a agricultora Geralda que é presidente da COOPAFOR (cooperativa de Santa Rita) e que segundo algumas das cooperadas é benéfico ter uma mulher em cargo de liderança para que as necessidades das mulheres também sejam consideradas e para que tenham voz, A cooperativa em Santa Rita que é o objeto de estudo deste trabalho é a COOPAFOR. As mulheres da cooperativa trabalham com o cultivo das hortas e na fabricação das quitandas que serão comercializadas. Foi feita uma cozinha profissional para que as mulheres fabricassem juntas as quitandas. Estas quitandas são comercializadas nas feiras e em escolas municipais de Ouro Preto (Relatório Técnico UFOP; UFV; UFMG, 2022)

CAFUNDÃO

O distrito de Cachoeira do Brumado está localizado a 23km do distrito-sede Mariana, com população de aproximadamente 2.261 habitantes, uma extensão territorial de 63,1km² e assim como Santa Rita, sua composição territorial é quase em sua totalidade rural. O assentamento do Cafundão, objeto de estudo deste trabalho, é um subdistrito de Cachoeira do Brumado e é composto por 20 famílias que tem como a principal fonte de renda a produção e venda de panela de pedra sabão, que é uma atividade predominantemente masculina e até os primeiros trabalhos da universidade com a comunidade a produção agrícola familiar no

Cafundão ficava apenas como renda complementar em sua maioria apenas cultivavam para consumo próprio (HOTT, 2018; SINGULANO; VIANA, SOUZA 2018).

Os trabalhos da universidade no Cafundão foi o início do desenvolvimento das atividades agrícolas como fonte de renda, pois através de alguns estudos foi percebido que no caso do Assentamento do Cafundão, havia certas características que favorecem a diversificação produtiva. A primeira é o fato dos associados e suas famílias serem assentados da Reforma Agrária, cadastrados como agricultores familiares e alguns deles detêm a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF. A segunda característica, é o potencial que a região onde está localizado o Cafundão possui para o desenvolvimento da agricultura e que a pouca produção agrícola que já existia era de origem agroecológica.

Segundo Singulano, Viana e Souza (2018) até 2015 a comunidade não identificava a agricultura como um meio de geração de ocupação e de renda familiar, com isso os projetos de Desenvolvimento Local e Diversificação produtiva e o projeto Circula Agricultura, tiveram um papel fundamental na criação e desenvolvimento de ações que atraíssem o interesse dos moradores para o cultivo e comercialização dos alimentos.

Alguns pontos importantes contribuíram para que a iniciativa se concretizasse, o fato da comunidade ter o apoio da EMATER e a sua produção se caracterizar por uma produção agrícola agroecologia, então foi proposto que estes alimentos fosse comercializados em feiras que acontecem no ICSA(UFOP), surgindo assim o projeto Circula Agricultura – o projeto inclui outras comunidades dos municípios de Mariana e Ouro Preto – porém no Cafundão apenas uma família aderiu ao projeto, para a comercialização dos alimentos(SINGULANO; VIANA, SOUZA 2018).



Fonte: imagens arquivos NUPEDES (2023). Foto horta do Cafundão

A atuação conjunta dos projetos desenvolvidos pelo NUPEDES junto a EMATER tem encontrado resultados positivos na comunidade, a gestão de pequenos empreendimentos, assim como a busca por uma maior e melhor interação entre os agentes envolvidos no processo do desenvolvimento, tal como intermediação de parcerias entre a universidade, o poder público e as associações têm feito a agricultura familiar ganhar espaço para crescimento enquanto forma de diversificação econômica da comunidade. O fortalecimento da agricultura familiar acarretou uma maior participação das mulheres na comunidade.



Fonte: imagens arquivos NUPEDES (2023). Foto horta do Cafundão

As mulheres da comunidade ficaram responsáveis, na maioria das vezes, pelo cultivo das hortas e pela organização da comunidade para a comercialização dos produtos, essa

autonomia das mulheres permitiu que muitas delas passassem a ter uma renda. A inclusão financeira feminina no Cafundão aumentou a participação feminina nas atividades da comunidade da associação e inclusive fortaleceu a participação feminina na política, dando a elas voz nas tomadas de decisão. A associação agrícola que até então não tinha a participação de nenhuma mulher nos cargos de diretoria, depois dos projetos iniciados pelo NUPEDDES, tem como vice-presidente da associação uma jovem mulher e é responsável por representar a comunidade nos eventos e reuniões que são realizados com as instituições (SINGULANO; VIANA, SOUZA 2018). Percebe-se assim a importância dos projetos sociais institucionais para o fortalecimento das comunidades e para a diversificação dos membros dessas associações sobretudo para as mulheres.

3.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para coleta dos dados está baseada nas metodologias participativas, que tem como referência a Pesquisa-Ação, que dependeu da participação das mulheres das comunidades. O processo de elaboração e aplicação dos questionários aconteceu no âmbito do Edital para fomento de “projetos interinstitucionais de extensão em interface com a pesquisa para a promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável e enfrentamento da pandemia da COVID-19” que incluiu a Igualdade de gênero dentro da agricultura familiar dos distritos de Mariana e Ouro Preto. Este projeto foi constituído por uma equipe interinstitucional e multidisciplinar de docentes e discentes das universidades federais de Ouro Preto, Viçosa e de Minas Gerais (UFOP, UFV, UFMG, 2022).

Um dos pilares que contempla a igualdade de gênero tinha por objetivo mapear as ações e papéis desempenhados pelas mulheres das comunidades, para isso os trabalhos foram divididos em três fases: a pré-visita a campo, a visita e o pós visita. É importante destacar que por ser um trabalho de campo, todo o processo foi submetido e aprovado pelo CEPE-UFV¹⁴. O projeto teve duração de setembro de 2021 a novembro 2022, as reuniões para estudo das comunidades aconteceram em sua maioria por videochamadas *Google Meet*, devido às restrições sanitárias da pandemia do COVID-19, as visitas a campo aconteceram por apenas quatro vezes (nas comunidades), pois também foram prejudicadas pelas chuvas forte de janeiro de 2022 que impossibilitou o acesso até as comunidades.

¹⁴ Protocolo Comitê de Ética: CAAE 50171021.8.0000.5153- Comitê Ética 5153- UFV

Durante a preparação dos questionários foram feitas algumas oficinas para estudo de caso de os distritos de forma a melhor entender a situação para um direcionamento mais assertivo do questionário as reais necessidades e problemáticas das mulheres.



Fonte: UFOP, UVF, UFMG 2022.

O quadro abaixo mostra todas as atividades realizadas durante toda a duração do projeto, desde a descrição das reuniões de estudo das comunidades, com o foco de mapear as melhorias e os problemas das mulheres da região até as dinâmicas que foram desenvolvidas com elas, assim como a elaboração de estratégias para impulsionar avanços nas comunidades.

Quadro 1. Síntese dos passos desenvolvidos na metodologia com as mulheres agricultoras

Passos	Atividade realizada	Dinâmica
1	Oficina de entendimento de contexto: levantamento de avanços e problemas em relação à realidade das mulheres no âmbito da produção agrícola e a sua comunidade.	Apresentação sobre Agricultura Familiar, Agroecologia, Economia Solidária e Organização social, reforçando o papel das mulheres sob o ponto de vista econômico, social, político, voz e empoderamento.

<p>2</p>	<p>Primeiro passo do Inventário de Práticas e Conhecimentos: mapeamento dos saberes agroecológicos e das práticas de produção dos agricultores, com enfoque no trabalho das mulheres. Levantamentos dos produtos locais em sua diversidade e quantidades. Levantamentos das dificuldades, demandas prévias para viabilizar as respectivas produções e articulações políticas para tais fins.</p> <p>Levantamento das demandas por formação e melhorias no manejo, produção e comercialização dos produtos.</p>	<p>Idas à campo, reuniões por <i>WhatsApp e Google Meet</i> e contatos para levantamento das informações necessárias e, conjuntamente, definir estratégias de ação.</p>
<p>3</p>	<p>Concretização do primeiro diagnóstico da situação das mulheres frente às respectivas comunidades Delineamento e construção coletiva de estratégias de melhorias e impulso nas práticas produtivas, de comercialização e representativo- organizativas junto às respectivas comunidades.</p>	<p>Idas à campo, reuniões por <i>WhatsApp e Google Meet</i> e contatos para levantamento das informações necessárias e, conjuntamente, definirmos estratégias de ação.</p> <p>Junto às coordenadoras desta proposta, foram apoiadas e reforçadas as demandas junto às entidades cabíveis (EMATER, Prefeitura de Mariana - Secretaria de Desenvolvimento Rural e o de Obras, por exemplo, para que junto à Regiane, atual presidente da Associação do Cafundão, fossem viabilizados recursos previstos em edital e a viabilização das obras da cozinha adaptadas a produção das quitandas pela Associação do Cafundão).</p>

4	<p>Oficinas práticas/ formações para melhoria da qualidade dos produtos; dos canais de divulgação, apresentação dos produtos e vendas.</p>	<p>Foram realizadas oficinas de capacitação via Google Meet e presenciais no centro de convenções de Mariana (rotulagem de alimentos e adequações às normas da ANVISA); impulsionamento e engajamento de mídia social, definição de novas estratégias de divulgação (por exemplo: elaboração, junto aos feirantes, de etiquetas, Instagram, cartazes de divulgação da feira na cidade) - ver anexos.</p>
5	<p>Após o diagnóstico, foram feitas as devolutivas junto às mulheres, mostrando os pontos que poderiam ser melhorados no curto prazo para viabilizar mais participação e melhorias na produção e vendas.</p> <p>Encontro de Intercâmbio de Experiências: troca de saberes e discussão/definição sobre caminhos desejados para a organização nas comunidades, feito de forma presencial, em colaboração com as outras equipes que integram o edital</p>	<p>Reunião presencial junto às mulheres para discussão das medidas elaboradas e implementadas, possíveis resultados de tais práticas,</p>
6	<p>Por fim, novas ações demandadas pelos agricultores foram incorporadas neste cronograma, em especial, uma nova oficina de rotulagem de alimentos, para capacitá-los de modo que consigam, sob supervisão da equipe, calcular as informações necessárias para rotulagem de alimentos.</p> <p>Também foram providenciados folders de boa prática e higiene; além de folders com informações simplificadas para engajamento das redes sociais.</p>	

	<p>Foram criados, a partir de conversas e consultas com os agricultores interessados, layouts de etiquetas para dar mais visibilidade aos produtos.</p> <p>Finalmente, foi feita uma parceria (gratuita) da CONSECON JR (Empresa Jr do curso de Economia da UFOP) e os feirantes, de modo que nos próximos 6 meses a contar de dezembro 2022, eles farão a atualização e engajamento das redes sociais, inclusive, dos agricultores que não conseguem administrar as mídias sociais, mas que sinalizaram interesse.</p>	
--	---	--

Fonte: UFOP, UFV, UFMG, MPT (2022)

As entrevistas com as mulheres aconteceram em grande parte de forma presencial, forma aplicados 14 questionários – i) 06 questionários na COOPAFOR, ii) 06 respondidos pelas mulheres do Cafundão e iii) 02 questionários aplicados na Feira de Agricultores Familiares de Mariana. A adesão ao questionário foi bem pouca na COOPAFOR, visto que dos 39 participantes da cooperativa 24 (61,53%) são mulheres, mas apenas 06 delas responderam ao questionário, em uma das visitas a campo a presidente da cooperativa Geralda, informou que muitas vezes a adesão para eventos, dinâmicas e reuniões é muito baixa por parte dos cooperados, e que os diretores estão tentando encontrar algumas estratégias para que eles possam participar mais dos processos decisórios da cooperativa. (UFOP, UFV, UFMG, MPT 2022).

Nas visitas às comunidades eram aplicados os questionários as mulheres que estavam presentes, também foram aplicado presencialmente a duas mulheres na feira de Agricultores Familiares em Mariana. Quatro questionários da COOPAFOR foram respondidos via WhatsApp. Os questionários foram respondidos de maio de 2022 a julho de 2022. As fotos abaixo foram tiradas durante as entrevistas com as mulheres na feira dos agricultores familiares de Mariana e a segunda foto foi tirada durante uma entrevista a agricultora Sandra em uma visita a COOPAFOR em Santa Rita.



Fonte: UFOP, UFV, UFMG, MPT (2022)



Fonte: UFOP, UFV, UFMG, MPT (2022)

3.3 RESULTADOS

Com base nos relatórios e respostas dos questionários foram identificadas algumas características em comum das mulheres de Santa Rita (COOPAFOR) e do Cafundão. Com relação a escolaridade destas mulheres, pode-se observar que nenhuma das mulheres que responderam ao questionário possuía algum tipo de curso superior, mas apesar de não terem cursado, em sua grande maioria responderam que desejam que seus filhos façam algum tipo de curso superior. Sobre a educação dos filhos, eles estudam nas escolas das comunidades e apenas uma mulher relatou que o seu filho saiu da comunidade para estudar, muitos filhos ficam no campo para dar continuidade nos trabalhos da terra.

Com relação a terra, observou-se que 70% das mulheres herdaram a terra em que trabalham, mas que nenhuma delas é a proprietária titular da terra, elas relatam terem aprendido a lidar com a plantação e a terra através do país e sogros. É importante destacar a influência do trabalho das instituições dentro destas comunidades, um exemplo foi a entrevistada Rosilene Maria de Matos da COOPAFOR que respondeu ter aprendido a lidar com a terra com seus pais e com o apoio da EMATER.

Com relação ao trabalho que elas exercem, muitas relataram que elas fazem o trabalho doméstico e que este trabalho não é remunerado, e que fazem parte do trabalho produtivo também pois muitas vezes os trabalhos com a horta é dividido para toda a família. As mulheres fazem parte do plantio, da preparação das quitandas e dos produtos que são comercializados, mas não são remuneradas para tal. Ainda segundo dados sobre trabalho, a maioria das mulheres trabalham na confecção das quitandas tanto para consumo quanto para comercialização. Algumas das mulheres responderam já terem saído da comunidade para trabalhar fora, mas hoje não trabalham mais fora, a agricultora Celia Corcini define quando perguntada sobre trabalhar para outras pessoas, ela é categórica: “*não, acho que é fazer o povo ganhar dinheiro às suas custas*”, dizendo ter que “fazer” dinheiro para ela mesma.

Com esses dados pode-se perceber que estas mulheres realizam o trabalho doméstico e o trabalho produtivo (na roça) tendo jornada dupla, algumas mulheres responderam não ter ajuda por parte de seus companheiros nas atividades domésticas, cerca de 83% das mulheres entrevistadas em Santa Rita responderam ter ajuda do companheiro nas atividades domésticas. Sobre a renda das mulheres é válido ressaltar que os dados coletados evidenciam que as mulheres são responsáveis pelo gerenciamento da renda familiar independente de terem

menor renda que o companheiro e mesmo quando recebem alguma renda, grande parte desta renda é utilizada para custear as despesas familiares.

Os dados referentes a representação feminina nas associações e cooperativas dos agricultores, mostrou a importância destas mulheres estarem ativamente associadas nas cooperativas ou nas associações, isso porque nota-se uma melhora principalmente no que se refere a renda feminina, a representatividade e dá as mulheres voz e poder de decisão, elas responderam se sentirem representadas pois há mulheres nos cargos de diretoria da associação do Cafundão e da COOPAFOR, com isso elas sentem maior liberdade de opinar nas decisões da comunidade. Como exemplo umas das mulheres da COOPAFOR respondeu que se sentia representada pela Geralda (presidente da cooperativa) pois ela é mais sensível as questões pertinentes as mulheres, pois algumas outras lideranças da cooperativa conflitavam por tenderem a tomar decisões para benefícios e interesses próprios em detrimento aos interesses da comunidade.

Por último as mulheres entrevistadas destacaram a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar nos distritos. Segundo mapeamento feito por Silva (2018) essas políticas vêm sendo desmanteladas nos últimos anos, mas são de extrema importância para os agricultores como forma de assegurar parte das vendas da produção através das compras institucionais, mas existe também a importância das políticas públicas sociais como forma de assegurar as aposentadorias e pensões dos agricultores.

Este capítulo trouxe uma análise explanatória da relação gênero e agricultura familiar, pode-se observar que as mulheres estão ainda estão percorrendo um caminho para a igualdade no campo, mas que houveram grandes avanços, o Cafundão ainda está desenvolvendo a agricultura familiar como forma de diversificação econômica, a comunidade ainda tem a produção de panelas em pedra-sabão como principal fonte de renda, mas mesmo a atividade predominante masculina sendo a principal percebe-se como é fundamental a participação das mulheres para o crescimento da agricultura familiar no local.

Santa Rita possui a agricultura familiar como fonte relevante de renda na comunidade, e a percebe-se importância da comercialização das quitandas como fonte de renda para as mulheres que produzem. As duas comunidades possuem mulheres como agente decisório dentro da associação e da cooperativa e nota-se que é um fator que incentiva a participação de outras mulheres na produção agrícola e no desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades, uma vez representadas as mulheres das comunidades entendiam o seu papel

dentro da comunidade, sendo relatado maior participação feminina até mesmo nos outros aspectos da comunidade, como o desenvolvimento social e econômico dos distritos e até mesmo na política.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar nos municípios de Ouro Preto e Mariana, vem se consolidando aos poucos com o apoio de várias instituições como a EMATER e a UFOP, é importante olhar para este avanço entendendo as várias nuances que carrega, o desenvolvimento da agricultura familiar da região mostra-se como alternativa a diversificação econômica da região que tem a atividade de extração mineral como sua principal fonte de renda, uma vez que incentiva a geração de emprego e renda nas áreas rurais dos municípios. Este trabalho trabalha a agricultura familiar sob o olhar da igualdade de gênero, buscando entender e analisar como de dão a relação social de gênero e campo, entender qual papel da mulher agricultora e seu papel nas comunidades.

As comunidades estudadas foram o distrito de Santa Rita de Ouro Preto e o assentamento do Cafundão, ambos com amplo potencial agrícola a ser explorado. Este trabalho foi fruto do projeto interinstitucional das universidades UFOP, UFV e UFMG “projetos interinstitucionais de extensão em interface com a pesquisa para a promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável e enfrentamento da pandemia da COVID-19” com os objetivos centrais em economia solidaria e social, produção agroecológica e igualdade de gênero – tema central deste trabalho- O projeto teve início em setembro de 2020 e finalizou em novembro de 2022, durante este período de trabalho foram feitas visitas as comunidades com o objetivo de mapear os maiores problemas enfrentados pelas agricultoras.

O diagnóstico da situação destas agricultoras foi possível através do questionário aplicado, é valido ressaltar que o questionário não foi respondido por todas as agricultoras, foi possível mapear alguns dos problemas enfrentados pelas mulheres rurais, como a exclusão financeira das agricultoras. As mulheres da comunidade trabalham na plantação dos alimentos, mas em sua maioria não são remuneradas, a renda adquirida vai para o companheiro para que os dois possam gerir as despesas da casa e quando essas mulheres têm renda, a maior parte de sua renda é usada apenas para despesas da família. As mulheres

entrevistadas fazem dupla jornada, executando os trabalhos domésticos e o trabalho produtivo, com a horta e na produção de quitandas para comercialização.

Os dados encontrados em Santa Rita e no assentamento do Cafundão, são bem parecidos no que relaciona ao papel das mulheres dentro da agricultura, porém o desenvolvimento da agricultura familiar nas duas regiões é diferente, enquanto em Santa Rita a agricultura já está estabelecida, atendendo cerca de 52 instituições municipais e 9 escolas estaduais, na comunidade do Cafundão percebeu-se que há ainda um caminho a ser alcançado para que a agricultura familiar possa ser vista como atividade forte fonte geradora de renda, mas que os avanços alcançados até este ponto mostram que os avanços para o desenvolvimento da agricultura caminham junto aos avanços da representatividade feminina na comunidade. A expansão das políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), proporcionaram oportunidades de acesso ao mercado institucional para cooperativas e associações dos agricultores familiares.

Um avanço importante encontrado nas comunidades é o fato de agricultoras ocuparem os espaços de líderes dentro das associações e cooperativas, antes ocupados apenas por homens, dando voz as necessidades femininas, mostrando representatividade feminina, como resultado aumenta a autonomia das mulheres no campo. Estes espaços hoje ocupados por mulheres contribuem para o aumento da inclusão financeira das mulheres, forma de combater a pobreza feminina presente no campo.

A respeito das características da participação das mulheres, elas são representadas por um maior número dentro das cooperativas e associações, a maioria já saiu do campo em busca de trabalho, mas voltaram para trabalhar com a família no cultivo das hortas. Dessa forma, os resultados dos questionários revelaram a divisão sexual do trabalho está muito presente ainda no campo, as mulheres entrevistadas são responsáveis principalmente pelos trabalhos reprodutivos e domésticos, são vistas apenas como ajudadoras nos trabalhos produtivos caracterizados como trabalhos masculinos e responsáveis pelos trabalhos caracterizados como femininos que é a fabricação das quitandas, porém não pode-se negar um avanço ainda que tímido nas comunidades, passando a valorizar o trabalho produtivo feminino.

O reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social, econômica e política, tendo como principal objetivo analisar a igualdade de gênero influenciam na renda e na qualidade de vida das agricultoras de Santa Rita, e na comunidade do Cafundão. A

discussão se justifica pela relevância da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico rural e no desenvolvimento das relações sociais de gênero no campo, afetando a geração de emprego e renda e a permanência das mulheres no campo, além da preocupação com a segurança alimentar e nutricional da sociedade e conservação dos solos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís, POLLACK, Molly e VALENZUELA, Maria Elena. Equidad de género en el mundo Del trabajo em América Latina. Avances y desafíos cinco años después de Beijing. Oficina Regional para America Latina y el Caribe.
- ABRAMOVAY, R. (1999). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: Reforma Agrária -Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nos 1,2 3 e 29, no1, Jan/dez 1998 e jan./ago.
- ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Cap. 1, p. 15-78.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (2006), “Gênero e a Distância entre a Intenção e o Gesto”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, no 62, pp. 45-68
- BIROLI, Flávia. (2013), Autonomia e Desigualdades de Gênero: Contribuições do Feminismo para a Crítica Democrática. Niterói, Eduff.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. FFLCH - USP, São Paulo, 2017.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A; Brasil Cooperativo.
- BRASIL. Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em Censo Demográfico 2010a. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Rosa Maria B. da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. 384p
- BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos de 1990. In: HIRATA, Helena, MARUANI, Margaret (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora SENAC, 2003. p. 323-357.

COSTA, B.L. EM BUSCA DE AUTONOMIA: a trajetória de mulheres na economia solidária. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC-MG, Belo Horizonte, 2007.

DE DEUS, J.L. INCLUSÃO FINANCEIRA NA PERSPECTIVA DE GENERO, RENDA E SITUAÇÃO OCUPACIONAL: determinantes e entraves para o município de Mariana (Minas Gerais). Dissertação. Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada. UFOP, Ouro Preto, 2019.

FERREIRA, Joaquim Alves; CARDOSO, João Luiz. Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, SP, v.34, n.1, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. FJP, Belo Horizonte, 1975.

GAIÃO, Lucas Marcones. Agricultura familiar e políticas públicas: os efeitos do PAA e do PNAE na comunidade de Piedade de Santa Rita, município de Ouro Preto - MG. 2017. 74 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. As emancipações no presente e no futuro. In: Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. GAIGER, L. I. G. (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.371-403.

GONÇALVES, Bruno da Silva. Acidente da Samarco e Ouro Preto: a dependência econômica do município em relação à extração mineral. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

GUANZIROLI, C. H. e CARDIM, S. E. (Coord.) Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu. N.17/18, 2001/2002. p. 139-156.

HIRATA, H., KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena, MARUANI, M. (org.) As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p.111-124. HIRATA, H. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo

HOTT, A.R; DIANA, F; VIANA, F. Desenvolvimento local e diversificação produtiva por meio da agricultura familiar: o caso do assentamento Cafundão, Mariana Minas Gerais. Revista: Agronomia: Jornadas Científicas, v.1. Cap 29 p 242-257, 2020.

IBGE. (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar - Primeiros Resultados. ISSN 0103-6157. Censo agropec., Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

KEGOART, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilane, NOBBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (Orgs.). trabalho e cidadania para as mulheres: desafios para políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-65.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Econômica* v. 4, n.1, junho 2002.

MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2016. MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2017

MELO, M.V. Estudo das condições para inserção do agricultor familiar no mercado: alternativa de sustentabilidade socioeconômica ambiental no município de Ouro Preto - MG. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental, UFOP, 2014.

NUPEDES. Programa de Extensão Agricultura Familiar na UFOP - Relatório Final. Pró-reitora de Extensão (PROEX), Ouro Preto, 2019.

OLIVEIRA, Orlandina de e ARIZA, Marina. División sexual del trabajo y exclusión social. *Revista latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 3, n 5, 1997. p. 183-203

OLIVEIRA, Wallace. Em cinco anos, história do crime de Mariana (MG) é marcada pela injustiça. *Brasil de Fato*, Belo Horizonte, 30 de outubro de 2020.

OURO Preto. Lei Complementar nº 29/2006. Estabelece o Plano Diretor Municipal do Município de Ouro Preto. Câmara Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.

OURO Preto. Lei Complementar nº56/90: Cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agropecuária e Agroindústria do Município de Ouro Preto. Câmara Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, 1990a.

OURO Preto. Lei Orgânica nº0/90: Lei Orgânica do Município de Ouro Preto. Câmara Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, 1990b

PETERSEN, P. *Metamorfosis Agroecológica: un ensayo sobre Agroecología Política*. 2011. 286 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Mestrado em Agroecologia com enfoque para a sustentabilidade rural, Universidade Internacional de Andaluzia, Sevilla, 2011.

UFOP; UFV; UFMG. AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL: proposta de investigação e atuação junto a organizações de agricultores familiares atingidos pela mineração em Mariana e Ouro Preto em tempo de COVID-19 - Relatório Técnico, 2022, (no prelo).

SABOURIN, Eric. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n. 2, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, p. 161-189, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. (2016). “Mercados e Agricultura Familiar”. In: MARQUES, Flávia Charão, CONTERATO, Marcelo Antônio e SCHNEIDER, Sérgio. Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS. SEN, Amartya. (1999). Desenvolvimento como Liberdade. Ed. Companhia das Letras, São Paulo.

SEN, Amartya. (1999). Desenvolvimento como Liberdade. Ed. Companhia das Letras, São Paulo.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 127p.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. 360p

SINGULANO, Marisa; VIANA Francisca Diana Ferreira; SOUZA, Maurício Leonard. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial em uma região mineradora: o caso dos municípios de Mariana e Ouro Preto - Minas Gerais, Brasil. Universidade Federal de Ouro Preto. X Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, Montevideu, Uruguai, 2018.

SILVA, F. F.; SILVA, J. F.; TUPY, I. S. Reflexões sobre resiliência econômica regional: o cenário pós-desastre de Mariana (MG). Redes, Santa Cruz do Sul, v.24, n.2, 29-55, 2019.

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Cap. 2, p. 79-87.

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (org..). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre. V. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez. 1990.

ANEXO 1

Questionário – Gênero

(Protocolo Comitê de Ética: CAAE 50171021.8.0000.5153 – COMITE DE ETICA 5153 - UFV)

Bloco A - Planejamento familiar e sucessão geracional na propriedade

1. Quem é o dono da terra em que você mora ou que utiliza?
2. Se sua terra for própria, foi herdada ou adquirida? Por quem?
3. Quantos filhos você tem? Você esperava ter quantos filhos?
4. Com quem você aprendeu sobre o trabalho com a terra?
5. Como você acha que será a continuidade do trabalho na sua terra?
6. Você já saiu da comunidade para trabalhar fora?
7. Você gostaria de ter saído?
8. Você estuda ou tem parente que estuda na Universidade Federal de Ouro Preto, no Instituto Federal de Ouro Preto ou em outra instituição de ensino superior?
9. Você gostaria que seus filhos estudassem em uma delas?
10. Que profissão você queria que seus filhos tivessem?
11. O que você ensinou para os seus filhos que considera que seja importante passar para os seus netos?

Bloco B - Divisão do trabalho doméstico e agrícola e renda feminina

1. Como vocês dividem o trabalho doméstico, o trabalho na roça e o trabalho em organizações em sua família?
2. Quais são suas atividades em casa? Quais são suas atividades na roça?
3. Você ganha alguma remuneração para as atividades que realiza?
4. Você produz algo por conta própria (quintal, parcela de roça, quitandas, artesanato, etc)? O que você produz fica para o consumo da família ou você vende?
5. Caso venda algum produto, quem decide como será gasto o dinheiro? Como é gasto

normalmente o dinheiro que você ganha vendendo sua produção?

6. Quem contribui mais para as despesas da casa?

7. Quem é o encarregado de administrar o dinheiro da casa (pagar contas, decidir como o dinheiro será gasto etc.).

8. Você consegue comprar tudo o que você precisa em termos de alimentação, vestuário, produtos de higiene e limpeza pessoal?

Bloco C - Identidade de gênero e participação social

1. Você participa de alguma associação ou cooperativa?

2. Você participa de alguma associação ou grupo composto somente por mulheres?

3. Caso participe de alguma organização, qual sua função e quais atividades desenvolve?

4. Você participa de algum movimento social?

5. Você considera que houve alguma mudança em sua vida depois que passou a integrar uma cooperativa, associação ou movimento social?

6. Você é convidada para as reuniões de associação, cooperativa, grupos comunitários etc.?

7. Você participa da tomada de decisões na associação ou cooperativa?

8. Você sente que pode se expressar e que é ouvida?

9. Você se sente representada na associação/ cooperativa?

10. Como você vê o papel da mulher na associação ou cooperativa? E como gostaria que fosse?

Obs: Questões relacionadas à renda domiciliar e demais aspectos econômicos foram levantados em outra frente da pesquisa.